

Boletim contexto

ABPMC | junho de 2011 | n. 34 | ISSN 2178-583X

- XX Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, o I Encontro Sul-Americano de Análise do Comportamento: Desbravando fronteiras
- Fundação Carolina Bori para Difusão da Análise do Comportamento
- Sustentabilidade e aquecimento global: A análise do comportamento pode ajudar?
- Análise do comportamento: Uma visão pessoal
- Breve panorama sobre as três gerações da terapia comportamental
- Análise do comportamento: Princípios e flexibilidade com as contingências
- Terceira onda e terapia analítico-comportamental: Um casamento acertado ou companheiros de cama estranhos?
- Receita de rosca de nozes
- Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento (IBAC)

Diretoria ABPMC gestão 2010/2011

Presidente

Maria Martha Hübner (USP)

Vice-Presidente

Denis Roberto Zamignani (Núcleo Paradigma)

Primeira Tesoureira

Roberta Kovac (Núcleo Paradigma)

Segunda Tesoureira

Sonia Beatriz Meyer (USP)

Primeiro Secretário

Ricardo Corrêa Martone (Núcleo Paradigma)

Segundo Secretário

Roberto Alves Banaco (PUC-SP e Núcleo Paradigma)

Conselho Consultivo

Vera Regina L. Otero (Ribeirão Preto)

João Cláudio Todorov (IESB Brasília)

Deisy das Graças de Souza (UFSCar)

Francisco Lotufo Neto (IPq HC FMUSP)

Maly Delitti (PUC-SP)

Maria Amalia Pie Abib Andery (PUC-SP)

Vera Raposo do Amaral (PUCCAMP)

Membros Permanentes do Conselho Consultivo

Bernard Pimentel Rangé (UFRJ)

Hélio José Guilhardi (ITCR Campinas)

Roberto Alves Banaco (PUC-SP)

Rachel Rodrigues Kerbauy (USP)

Maria Zilah Brandão (PSICC)

Wander Pereira da Silva

Maria Martha Hübner (USP)

Expediente

Boletim Contexto

Uma publicação eletrônica da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) São Paulo, n. 34, junho de 2011

Coordenação editorial

Dante Marino Malavazzi

Jan Luiz Leonardi

Colaboração especial

Denis Roberto Zamignani

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Musa e Silvia Amstalden



Sumário

Editorial 4

Maria Martha Costa Hübner

XX Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, o I Encontro Sul-Americano de Análise do Comportamento: Desbravando fronteiras 5

Denis Roberto Zamignani

Fundação Carolina Bori para Difusão da Análise do Comportamento 7

João Bosco Jardim e Maria do Carmo Guedes

Sustentabilidade e aquecimento global: A análise do comportamento pode ajudar? 10

Hélder Lima Gusso e Angelo A. S. Sampaio

Análise do comportamento: Uma visão pessoal 20

João Cláudio Todorov

Breve panorama sobre as três gerações da terapia comportamental 27

Dante Marino Malavazzi

Análise do comportamento: Princípios e flexibilidade com as contingências 28

Rachel Rodrigues Kerbauy

Terceira onda e terapia analítico-comportamental: Um casamento acertado ou companheiros de cama estranhos? 33

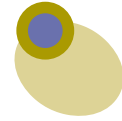
Luc Vandenberghe

Receita de rosca de nozes 42

Isaias Pessotti

Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento (IBAC) 44

Editorial



A ABPMC continua a amadurecer. Seu novo nome – Associação Brasileira de *Psicologia e Medicina Comportamental* – a torna ainda mais coerente com a prática inclusiva para toda a comunidade da área (i.e., profissionais, pesquisadores e teóricos) que a ABPMC de outrora já vinha adotando.

A ABPMC vem consolidando seu trabalho de representação da psicologia comportamental no Brasil e continua a se posicionar em questões públicas que afetam nossa área. Internacionalmente, preservamos um papel de destaque, uma vez que todos os anos, no congresso anual da Association for Behavior Analysis International (ABAI), apresentamos nossas atividades e números, permanecendo o maior grupo de análise do comportamento fora dos EUA e modelo para muitos países.

O acúmulo das funções de presidente da ABPMC e de representante internacional no Conselho Executivo da ABAI só tem contribuído para que diferenças e semelhanças entre as histórias brasileira e norte-americana quanto ao desenvolvimento da área possam ser analisadas e para estabelecer uma aprendizagem recíproca, com elevado respeito mútuo. A admiração por nós, analistas do comportamento brasileiros, e por nossa evolução na área é visível. Minha reeleição como representante internacional até 2014 é uma pequena indicação do que acabo de afirmar, aliada à consolidação de inúmeros brasileiros na academia analítico-comportamental internacional. O número de congressistas internacionais, europeus e norte-americanos que virão ao nosso congresso em setembro, por conta e vontade próprias, é de impressionar.

A relação da ABPMC com as sociedades científicas nacionais continua viva e dinâmica. Por meio da representação de Candido Pessoa junto à SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), teremos um conjunto excelente de atividades da ABPMC no congresso da SBPC, em julho próximo! Na SBP (Sociedade Brasileira de Psicologia), boa parte do conselho da ABPMC é também do conselho da SBP e,

desde o ano passado, temos elaborado pronunciamentos conjuntos em assuntos que partilhemos a mesma opinião.

Neste ano, iniciamos junto ao conselho discussões sobre os rumos de uma maior difusão da área, tendo recebido a excelente notícia da criação da Fundação Carolina Bori de Difusão da Análise do Comportamento. Esta surgiu em decorrência de uma atividade proposta pela ABPMC em 2010, denominada *Grupos de Interesse Específico*. Um deles, sob a liderança de Maria do Carmo Guedes e de João Bosco Jardim, criou a Fundação, que muito promete em termos de uma difusão maior e mais sistemática de nossa área. Nessa direção, avançamos ainda mais com o projeto *ABPMC Comunidade*. Desta vez, foi o tema “Dez na Escola e na Vida” que nos mobilizou e levou Miriam Marinotti à Foz do Iguaçu para um conjunto de palestras e diálogos com a comunidade do Complexo Itaipu.

Nosso carinho e gratidão a todas essas pessoas, só algumas delas aqui mencionadas, que nos ajudaram a concretizar sonhos antigos.

E chegou, finalmente, o momento de discutirmos a necessidade ou não de credenciarmos ou reconhecermos analistas do comportamento, em nosso papel de sociedade científica. Em reunião recente do conselho e diretoria, decidimos que faremos um conjunto de atividades em nosso Encontro anual em Salvador, de 7 a 10 de setembro próximos, em que debateremos tanto a necessidade ou não de exercermos este papel como as formas de fazê-lo, caso assumamos mais este desafio. Discutiremos modelos de outras sociedades científicas, nacionais e internacionais, e amadureceremos ainda mais esta delicada questão.

Estamos no auge e no vigor de nossos 20 anos, com a maturidade de uma jovem senhora, prestes a tomar decisões importantes. Não poderemos fazê-lo sem vocês, queridos sócios e congressistas! Esperamos vocês. Até breve!

Maria Martha Costa Hübner
Presidente da ABPMC | Biênio 2010/2011

XX Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, o I Encontro Sul-Americano de Análise do Comportamento: Desbravando fronteiras

Denis Roberto Zamignani¹

2011 avança a passos largos e se aproxima a data de nosso Encontro anual.

Mais uma vez, importantes representantes da análise do comportamento e da psicologia cognitivo-comportamental no Brasil e no mundo reúnem-se para trazer o que há de mais atual nas diferentes áreas de atuação dessas abordagens. Mas este não será apenas mais um Encontro da ABPMC. Em comemoração aos 20 anos de nossa associação, realizamos, junto ao XX Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, o I Encontro Sul-Americano de Análise do Comportamento.

É um evento de grande importância na história de nossa associação. A ABPMC, por meio deste I Encontro, procura estreitar os laços com importantes entidades sul-americanas voltadas ao desenvolvimento da psicologia científica. Convidados da Argentina, do Peru, da Venezuela e da Colômbia estarão entre nós, juntamente com pesquisadores brasileiros, norte-americanos e europeus, uma oportunidade valiosa para a troca de conhecimento e para o avanço de nossas abordagens.

A ideia deste encontro nasceu das primeiras conversas da atual diretoria da ABPMC, quando ainda delineávamos nossa proposta de chapa. Entre as inúmeras questões em pauta, discutíamos a necessidade de uma maior aproximação da associação com entidades internacionais, de modo a ampliar a visibilidade do conhecimento produzido no Brasil e, ao mesmo tempo, ter acesso à produção de nossos vizinhos sul-americanos. A proposta de um encontro internacional junto ao XX Encontro da ABPMC foi, portanto, uma decorrência natural.

O Encontro deste ano traz ainda uma novidade em relação aos encontros anteriores: terá um tema central – “Comportamento Humano

para um Desenvolvimento Sustentável”. O tema proposto tem sua origem em discussões recentes dentro de nossa comunidade de psicólogos comportamentais e cognitivos sobre a necessidade de a psicologia, em especial a psicologia científica, tomar a dianteira no desenvolvimento de projetos voltados à sustentabilidade. O assunto não é novo para nós; os escritos de Skinner trazem inúmeras referências à questão do planejamento da cultura e de nossa responsabilidade na promoção de um mundo melhor. Além disso, projetos desenvolvidos por psicólogos comportamentais no mundo todo visam a desenvolver tecnologias para tal finalidade.

É indiscutível que nosso ecossistema está em risco iminente de um colapso, caso mudanças efetivas não sejam promovidas buscando uma equação mais equilibrada entre desenvolvimento humano, consumo e preservação do meio ambiente. É também fato que a defesa do tema sustentabilidade é inócua, senão fantasiosa, sem a mudança de padrões comportamentais éticos, de consumo, de preservação, de convivência e de respeito ao próximo. Tudo isso diz respeito à nossa ciência, em suas diferentes áreas de aplicação – desde a psicologia ambiental, obviamente mais voltada à questão, até mesmo ao clínico cuja ética deve pensar o indivíduo inserido em um cenário maior que seus conflitos e metas individuais.

Ao longo do ano de 2010, enquanto trabalhávamos na organização do XIX Encontro, em Campos do Jordão, pesquisávamos locais para a realização deste Encontro. Foz do Iguaçu, por sua localização na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, parecia a escolha certa para um encontro internacional. Após visitar vários hotéis e centros de convenções na cidade (com o inestimável apoio de nossas associadas Catarine dos Santos Souza e Márcia Rego Maciel), a diretoria terminou por abandonar a ideia, devido a algumas questões de logística. Foi então que o convite para um evento na cidade de Salvador nos colocou em contato com a excelente infraes-

1 Vice-presidente da ABPMC | Biênio 2010/2011

trutura da cidade e com a hospitalidade, a disponibilidade e o entusiasmo dos profissionais e de estudantes da comunidade local. Somado à beleza e à história riquíssima, tudo isso tornava a cidade uma forte candidata a sediar nosso Encontro. A realização do Encontro em Salvador envolvia ainda um fator decisivo: pela primeira vez, o Nordeste receberia um Encontro da ABPMC.

Começamos então, em meados de 2010, reuniões com a equipe local, com órgãos governamentais e com diversos fornecedores, assessorados pelo Salvador e Litoral Norte da Bahia Convention & Visitors Bureau. A empresa TATICCA: Organização e Marketing de Eventos foi selecionada para nos auxiliar na organização. O Hotel Pestana, por sua ótima estrutura e capacidade, foi o que melhor correspondia às necessidades de nosso Encontro.

Alguns parceiros foram se juntando a nós, somando esforços. A parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) nos deu apoio institucional para a captação de recursos na região e possibilitou a contratação do sistema GERE de gerenciamento de eventos. Este ano contamos também com a parceria da ABA internacional, reconhecendo a importância do evento para o fortalecimento da análise do comportamento no continente e enviando sua diretora-executiva (CEO – Chief Executive Officer), Dra. Maria Mallot. Diversas entidades da América do Sul também enviarão seus representantes para o Encontro, entre elas a Associação Latino Americana de Modificação do Comportamento – ALAMOC, representada por seu presidente Guillermo Rodrigues – e a Sociedade Peruana de Psicologia Interconductual, representada por seu ex-presidente Raúl Paredes Fernández.

Para viabilizar a realização deste Encontro, uma equipe entusiasmada está trabalhando intensamente na captação de recursos junto a potenciais patrocinadores e parceiros. Diversas instituições afiliadas, cujo apoio foi tão importante no ano que passou, estarão conosco novamente. Solicitações já foram enviadas para as agências de fomento FAPESP, CNPq e CAPES (cujo suporte foi fundamental ao último Encontro) e ainda à FAPESB, do Estado da Bahia.

Mais uma vez, declaro minha admiração e agradecimento pelo grande número de pessoas que, amavelmente, se voluntariaram para colaborar nas mais diversas atividades, tornando possível a realização deste Encontro.

A Comissão Local, liderada por Ana Cláudia Souza e Ana Lucia Ulian, vem trabalhando incansavelmente. Contamos nessa comissão com o trabalho de Célia Camargo, Hemanny Curt, Luciana Silva, Tiago Ferreira e Sandro Igo, na Comissão de Comunicação; Gisela Guedes, Rodrigo Guimarães e Sidnei Lira, na Coordenação de Monitoria (juntamente com Joana Singer Vermes, em São Paulo); Amanda Gama, Ana Cláudia Souza, Anderson Ramos e Bruno Cezar Silva, na Comissão de Atividades Sociais e Culturais; Ana Barbara Neves, Ariene Coelho, Eduardo Ponde, Maria Conceição do Rosário Campos, Renata Mussi e Sandro Igo, na Comissão de Captação de Recursos. O braço baiano do projeto ABPMC Comunidade é conduzido por Ana Lucia Ulian, Janaina Teixeira, Karla Souza e Maria da Conceição Galvão.

Em São Paulo, muitos dos colaboradores que contribuíram para a realização do XIX Encontro, no ano passado, continuam dedicando-se à organização de mais este Encontro. Na Coordenação Geral do evento, contamos com o auxílio de Gabriel Careli, Emerson Simões Filho e Victor Mangabeira Cardoso dos Santos. A Comissão Científica continua sob a batuta do Dr. Sérgio Vasconcelos de Luna e, na equipe executiva, conta com Ana Beatriz Dornellas Chamati, Claudia Stefânia Figueiredo Neves Coimbra, Dhayana Inthamoussu Veiga, Fátima Aparecida Miglioli Fernandez Tomé, Jan Luiz Leonardi, Lygia Dorigon, Marcelo Szajubok, Marina Mazer, Marina Rafaela Dantas, Natália Mesquita Matheus, Nicodemos Batista Borges, Pedro Fonseca Zuccolo e Thais Albernaz Machado do Carmo Guimarães. Dante Marino Malavazzi e Jan Luiz Leonardi continuam fazendo um trabalho impecável à frente da Comissão de Comunicação.

O esforço conjunto dessas e de tantas outras pessoas será complementado pelo apoio e confiança de cada um dos participantes, estudantes, pesquisadores, professores, profissionais e entusiastas da análise do comportamento e da psicologia cognitivo-comportamental de nosso País e de nosso continente.

Contamos com você para que este evento seja mais um grande sucesso!



A despeito da evidente expansão da análise do comportamento nos cinquenta anos de sua rica história no Brasil (Todorov, 2010), parece subjazer a esse desenvolvimento um certo sentimento de inquietação face à lenta e restrita difusão da disciplina a outros públicos da comunidade científica e à sociedade brasileira em geral (Jardim, 2010).

De fato, a sólida textura conceitual e metodológica – que estimula pesquisadores, docentes e estudantes de psicologia a abrirem campos de pesquisa comportamental e a ocuparem espaços para a disciplina em muitas instituições de ensino superior – ainda está longe de produzir respostas de amplitude equivalente em outros domínios da ciência e em outras instâncias de influência na sociedade brasileira. Mesmo as diversas aplicações extrainstitucionais da análise do comportamento continuam a ser fortemente dependentes das contribuições do ambiente acadêmico – tendência, de resto, comum ao desenvolvimento da disciplina em vários países (Malott, 2004).

Uma comparação de relance entre o escopo da psicologia no Brasil à época da regulamentação da profissão, no começo dos anos 1960, e a sua conformação atual é bastante para se constatar a extraordinária ampliação de atividades docentes e discentes que se processou (e continua a se processar) na ciência psicológica a partir da inclusão da análise do comportamento nos currículos e programas de pesquisa acadêmicos, por iniciativa de Carolina Bori, Rodolfo Azzi e Fred Keller, os primeiros professores da disciplina, em São Paulo e Brasília (Keller, 1987; Todorov, 2006, 2010).

Entretanto, por mais que departamentos e instituições de ensino tenham se adaptado à ascensão da análise do comportamento, abrindo espaços e oportunidades para uma prática científica até então exógena às tradições da psicologia no Brasil (às vezes, a contragosto e nem sempre adequadamente orientadas), nota-se nesse quase meio século de desenvolvimento da disciplina no País o que se configura como uma interrupção de continuidade, um hiato, no processo de difusão que levaria essa prática do estrito âmbito acadêmico para outras esferas de influência socialmente relevantes.

É lamentável que assim seja, porque são crescentes os apelos, na literatura pertinente (e.g., Friman, 2010; Hayes, 2001; Mace, 1994; Morris, 1985; Vilaridaga, Hayes, Levin & Muto, 2009), para que a análise do comportamento se submeta, enfim, ao que Johnston (2000) chamou de *teste da verdadeira ciência* – a avaliação, ditada por critérios práticos da sociedade, que dirá se o progresso acadêmico pode ou não se moldar de forma confiável às demandas de solução de problemas sociais. Não fosse por isso, os analistas do comportamento seriam certamente os primeiros a reconhecer que o êxito da difusão de um empreendimento científico advém, em última análise, não da escala da sua inclusão acadêmica, mas dos benefícios que esse empreendimento traz, efetivamente, para parcelas mais amplas da sociedade (Pennypacker, 1992).

Todas as oportunidades que a nossa disciplina hoje oferece aos jovens analistas do comportamento são fruto da atuação preponderante de Carolina Bori.

1 Mestre em Psicologia Experimental pela USP, é professor e pesquisador convidado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde do Instituto René Rachou, da Fundação Oswaldo Cruz.

2 Doutora em Ciências Humanas pela PUC-SP, é Professora Emérita desta universidade.

Skinner (1959) dizia que é próprio do cientista se preocupar mais com a pesquisa do que com a difusão do conhecimento. Não foi esse o caso de Carolina Bori. Todas as oportunidades que a



Carolina Bori. Foto: Cristiano Mascaro

nossa disciplina hoje oferece aos jovens analistas do comportamento – os laboratórios, o ensino, os programas de pesquisa, as diversas aplicações, o desenvolvimento tecnológico, o treinamento, a prestação de serviços, as publicações, os congressos, a presença nos departamentos acadêmicos, as relações com outras disciplinas, a representação na comunidade científica, a participação nas entidades corporativas, a própria organização da profissão em que atuam – são fruto da atuação preponderante de Carolina Bori (Guedes, 1998, 2005).

Ela dava aos analistas do comportamento o conforto de nos saber integrados ao desenvolvimento da ciência brasileira, e nós víamos nessa atuação a janela de influência por onde a disciplina se projetava para muito além do horizonte acadêmico da psicologia. Isso nos dava a convicção do impacto da análise do comportamento na ciência e na sociedade em geral, por mais estreitos que fossem (e eventualmente eram) os nossos objetivos de pesquisa. Ela nos poupava

do estigma da insularidade que, na interpretação de Fantino (2008), parece afligir a análise do comportamento nos Estados Unidos.

Por tudo isso, uma fundação que leve o nome de Carolina Bori deve ser mais do que a justa homenagem à memória daquela que foi a mais brilhante cientista da psicologia no Brasil.

O que nós, autores, pretendemos ao propor o Grupo de Interesse Específico para a Difusão da Análise do Comportamento, no encerramento do Encontro da ABPMC de Campos do Jordão, é capitalizar a história da disciplina no País, com o intuito de tornar o legado de Carolina Bori a base para a constituição de uma instituição de pesquisa tecnológica capaz

Uma fundação que leve o nome de Carolina Bori deve ser mais do que a justa homenagem à memória daquela que foi a mais brilhante cientista da psicologia no Brasil.

de orientar o prosseguimento de um processo de influência que se tornou tímido em amplitude e impacto social. Independentemente da reverência passadista, a Fundação Carolina Bori para Difusão da Análise do Comportamento pode oferecer caminhos para moldarmos sistematicamente o futuro da disciplina.

Referências

- Fantino, E. (2008). Behavior analysis: Thriving, but how about its future? *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 89, 125–127.
- Friman, P. C. (2010). Cooper, Heron, and Heward's applied behavior analysis (2nd ed.): Checkered flag for students and professors, yellow flag for the field. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 43, 161-174.
- Guedes, M. C. (1998). Carolina Bori: Retratos. *Psicologia USP*, 9, 225-236.
- Guedes, M. C. (2005). Relembrando Carolina Bori. *Paidéia Ribeirão Preto*, 15, 9-10.
- Hayes, S. C. (2001). The greatest dangers facing behavior analysis today. *Behavior Analysis Today*, 2, 61-63.
- Jardim, J. B. (2010). Difusão da análise do comportamento: Podemos ser mais eficazes? Palestra para o Grupo de Interesse sobre Difusão da Análise do Comportamento. XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental. Campos do Jordão: SP.
- Johnston, J. M. (2000). Behavior analysis and the R&D paradigm. *The Behavior Analyst*, 23, 141-148.
- Keller, F. S. (1987). O nascer de um departamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 3, 198-205.
- Mace, F. C. (1994). Basic research needed for stimulating the development of behavioral technologies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 61, 29–55.
- Malott, M. E. (2004). Toward the globalization of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 27, 25-32.
- Morris, E. K. (1985). Public information, dissemination, and behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 8, 95-110.
- Pennypacker, H. S. (1992). Is behavior analysis undergoing selection by consequences? *American Psychologist*, 47, 1491-1498.
- Skinner, B. F. (1959). A case history in scientific method. Em B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record* (pp. 76-100). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Todorov, J. C. (2006). Behavior analysis in Brazil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 24, 29-36.
- Todorov, J. C. (2010). Análise do comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 143-153.
- Vilardaga, R., Hayes, S. C., Levin, M. E. & Muto, T. (2009). Creating a strategy for progress: A contextual behavioral science approach. *The Behavior Analyst*, 32, 105–133.

Artigos Sustentabilidade e aquecimento global: A análise do comportamento pode ajudar?

Hélder Lima Gusso¹ e Angelo A. S. Sampaio²

Se o comportamento humano é o problema, a análise do comportamento pode oferecer soluções para superá-los. (Lehman & Geller, 2004)

Os impactos ambientais do comportamento humano nunca foram tão discutidos quanto nos últimos anos. Cientistas, governantes e o cidadão comum já apresentam preocupações com os prováveis cenários ambientais dos próximos anos. Instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com governos, universidades, entidades da sociedade civil e organizações científicas, cada vez mais têm se dedicado ao estudo das condições de vida no planeta.

A relevância dessas iniciativas ganhou destaque mundial em 2007, quando o trabalho realizado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC/ONU) e pelo ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore (protagonista do documentário *Uma Verdade Inconveniente* [2006]), ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Na cerimônia de entrega, ressaltou-se a importância da disseminação de informações sobre as mudanças climáticas provocadas pelo homem e sobre os meios de amenizá-las. O prêmio contribuiu para difundir a ampla aceitação existente entre os cientistas a respeito da veracidade, da importância e dos possíveis efeitos das mudanças climáticas causadas pelo homem.

O climatologista Lonnie Thompson (2010), referência mundial em estudos de mudanças climáticas, reiterou a urgência e a importância do tema, enfatizando os riscos de desastre para a sociedade global, previsto para algumas déca-

das. Entre os riscos iminentes sinalizados pelo pesquisador, estão: (a) aumento do nível dos oceanos, resultando no alagamento de amplas áreas costeiras e, conseqüentemente, em uma imensa onda imigratória; (b) salinização de rios, fontes de água potável e áreas cultiváveis; (c) diminuição das capas de gelo em montanhas, implicando escassez das fontes de água alimentadas pelo seu derretimento; (d) aumento das áreas áridas do planeta.

A sobrevivência de nossas sociedades, de seus membros e do nosso modo de vida, contudo, não está ameaçada “apenas” pelas mudanças climáticas. Outros problemas gerados pelo homem também podem nos levar a um colapso mais cedo do que esperamos. A escassez de água doce é um deles. O Brasil, embora disponha de 12% da água doce superficial do planeta, enfrenta grandes desafios em relação ao uso dos recursos hídricos. Segundo a Agência Nacional da Água (ANA, 2010), 49,4% da população brasileira não dispõe de coleta de esgoto doméstico e 65,4% não dispõe de tratamento de esgoto, resultando na poluição de fontes de água.

Outra informação alarmante é de que 33% dos municípios brasileiros já necessitam de novos mananciais (i.e., fontes de água) e 46% requerem a ampliação do sistema de distribuição para atender a população. Além disso, previsões do Ministério do Meio Ambiente sugerem que mais da metade das cidades no Brasil terão problemas graves de abastecimento de água até 2015.

Se mantido o mesmo grau de consumo por cidadão (80 litros/dia, na cidade de São Paulo), serão necessários R\$ 22 bilhões em obras de infraestrutura e mais de 50 bilhões em obras de

1 Mestre e doutorando em Psicologia pela UFSC, é professor da Universidade Positivo (PR).

2 Mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP, é professor e coordenador do curso de Psicologia da UNIVASF (PE).

saneamento básico e conservação ambiental de mananciais. Com um agravante: isso ainda não garantiria acesso irrestrito à água para toda a população (ANA, 2010).

Por essas e outras questões relacionadas, comuns em diferentes partes do mundo, o geógrafo Jared Diamond (2005) afirmou:

Por estarmos rapidamente avançando neste curso de não sustentabilidade, os problemas ambientais do mundo *serão* resolvidos de um modo ou de outro, no tempo de vida das crianças e jovens adultos de agora. A única pergunta é se serão resolvidos de modos agradáveis de nossa escolha, ou de modos desagradáveis que não sejam de nossa escolha, como guerras, genocídio, fome, doenças epidêmicas e colapso das sociedades. Embora todos esses fenômenos sombrios tenham sido endêmicos para a humanidade através de nossa história, sua frequência aumenta com a degradação ambiental, a pressão populacional e a pobreza e instabilidade política resultantes. (p. 596)

Em outros termos, Diamond, assim como cientistas do IPCC e inúmeros outros pesquisadores que estudam questões climáticas e de conservação ambiental, defende a tese de que nosso modo de vida atual não é sustentável. Apesar das diversas definições possíveis, podemos discutir *sustentabilidade* como a probabilidade de um grupo manter seu estilo de vida por um determinado período de tempo. A manutenção de um estilo de vida implica a sobrevivência biológica dos organismos envolvidos e a permanência das práticas culturais compartilhadas.

O ideal último a ser alcançado em termos de sustentabilidade seria a manutenção permanente das espécies, incluindo (ou expandindo) toda a diversidade biológica e cultural existente. Definida desse modo, sustentabilidade requer “um padrão de vida dentro dos limites impostos pela natureza” (Townsend, Begon & Harper,

Se o enfrentamento dos desafios decorrentes do aquecimento global requer mudanças comportamentais efetivas, poderia a psicologia ou a análise do comportamento não estar envolvida diretamente nesse processo?

A preocupação com questões relacionadas à sustentabilidade e ao papel das mudanças comportamentais para evitar colapsos sociais está presente na análise do comportamento desde seus primórdios.

2003). Envolve identificar as restrições ecológicas de nosso ambiente atual e futuro e agir em função dessas restrições. Ou seja, não é possível discutir sustentabilidade sem pensar no comportamento humano. O climatologista Thompson (2010) afirma:

Atualmente, não há imprevistos tecnológicos que possam solucionar o aquecimento global. Nossa única esperança é mudar nosso comportamento de modo que diminua significativamente a taxa de aquecimento global, fornecendo desse modo tempo aos engenheiros para projetar, desenvolver e aplicar soluções tecnológicas onde for possível. (p. 168)

Se o enfrentamento dos desafios decorrentes do aquecimento global requer mudanças comportamentais efetivas, poderia a psicologia ou a análise do comportamento não estar envolvida diretamente nesse processo?

Análise do comportamento e sustentabilidade

A preocupação com questões relacionadas à sustentabilidade e ao papel das mudanças comportamentais para evitar colapsos sociais está presente na análise do comportamento desde seus primórdios. O romance *Walden II* (Skinner, 1948/1972), por exemplo, propõe uma sociedade na qual princípios de uso racional de recursos naturais, diminuição de desperdício e manejo de condições para aperfeiçoar as condições de vida e bem-estar orientam o planejamento cultural. Parte das concepções presentes nessa obra tem semelhanças com noções posteriores, como a de “permacultura” (Mollison, 1990), indicadas por ambientalistas como meios mais viáveis para uma organização social sustentável.

De fato, a concepção Skinneriana de sociedade pode ser vista como voltada à produção de uma sociedade orientada para o futuro, isto é, uma sociedade que inclui em seu planejamento

cultural cuidados necessários para que as práticas desenvolvidas sejam mais sustentáveis, que contemplem contínua avaliação experimental dos resultados produzidos, de forma a aumentar as chances de sobrevivência da cultura e conservação do ambiente que propicia as condições de vida aos membros desse grupo (Andery, 1993).

Em certa medida, as preocupações de Skinner sinalizadas em *Walden II* são anteriores ao início dos debates mais sistemáticos de cientistas ao redor do mundo sobre sustentabilidade. A década de 1970 talvez possa ser considerada como um marco histórico em que temas relacionados à conservação do planeta em escala global foram pauta de discussão científica (Reigota, 1994). Um dos eventos mais marcantes dessa década ocorreu em 1975 e se tornou referência histórica ao estabelecer o que seriam os objetivos da *educação ambiental*, formalizados em um documento intitulado *Carta de Belgrado*.

Os objetivos, embora apresentados em termos genéricos, descrevem relações comportamentais importantes, a serem ensinadas a cada cidadão: (a) identificar os problemas sociais e ambientais locais e globais; (b) analisar sistematicamente como esses problemas se relacionam ao comportamento humano; (c) avaliar os próprios comportamentos, identificando relações entre suas ações e as consequências produzidas para si, para outros e para o ambiente; (d) modificar o modo de lidar com o ambiente, quando esse modo produz consequências inadequadas ou prejudiciais; (e) aprender novos comportamentos com base no conhecimento disponível e (f) envolver e estimular o envolvimento de outros cidadãos com questões relacionadas a necessidades sociais ou ambientais (Gusso, 2004).

Uma questão quanto à educação ambiental é que ainda prevalecem intervenções orientadas por objetivos de ensino como “conscientizar as pessoas”, “despertar a consciência ecológica”, “informar sobre problemas”, etc. - sem produzir visibilidade sobre quais contingências de reforçamento são apropriadas e necessárias à aprendizagem e à manutenção de comportamentos efetivos, de alto valor social e ambiental. Esse problema é examinado há pelo menos 30 anos na literatura sobre programação de contingências de ensino em análise do comportamento, mas continua a aparecer como um obstáculo na educação ambiental e na educação de modo geral (Botomé, 1980; Vargas, 2009).

As estratégias voltadas para eventos antecedentes visam, basicamente, a aproveitar relações de controle de estímulos já existentes e atuar como operações motivacionais para aumentar a probabilidade de ocorrência de comportamentos pró-ambientais.

A preocupação mundial com questões ambientais na década de 1970 também repercutiu no âmbito da análise do comportamento. Lehman e Geller (2004) destacam que nessa década muitas publicações com relatos de intervenções sobre problemas ambientais foram divulgadas nos principais jornais da área, demonstrando a eficácia de intervenções analítico-comportamentais sobre questões como reciclagem, uso de transportes públicos, entre outros.

Além disso, foram publicados livros que explicitavam contribuições da análise do comportamento para questões ambientais (Cone & Hayes, 1977; Rogers-Warren & Warren, 1977). Nas décadas seguintes, porém, não foram mantidas as taxas de crescimento de publicações nessas áreas e poucas foram as publicações divulgadas em outros meios de maior circulação, para além do restrito público de analistas do comportamento (Lehman & Geller, 2004).

Lehman e Geller (2004), ao analisar as publicações da área entre as décadas de 1970 e 1990, organizaram alguns dos principais tipos de intervenções realizadas por analistas do comportamento em relação a diferentes questões ambientais. A organização proposta por esses autores distingue entre estratégias orientadas para antecedentes e estratégias orientadas para consequências do comportamento, além de identificar a ampla variedade de métodos passíveis de utilização em intervenções ou pesquisas.

Estratégias orientadas para eventos antecedentes

As estratégias voltadas para eventos antecedentes visam, basicamente, a aproveitar relações de controle de estímulos já existentes e atuar como operações motivacionais para aumentar a probabilidade de ocorrência de comportamentos pró-ambientais.

A primeira dessas estratégias é *tornar acessíveis informações relevantes sobre problemas sociais e ambientais e as relações entre nossas*

ações no cotidiano e os grandes problemas ambientais. Esse tipo de intervenção parece ser a mais realizada pelos profissionais que trabalham com educação ambiental, sob o nome de “conscientização” (Gusso, 2004).

Lehman e Geller (2004) destacam que, embora apenas informações sobre um problema sejam pouco efetivas para mudanças de comportamento, há estudos que demonstram que esse tipo de informação aumenta a probabilidade de as pessoas continuarem apresentando comportamento pró-ambiental depois de intervenções sobre esse tipo particular de comportamento.

Além de atividades educativas tradicionais, há outras possibilidades de uso de tal estratégia. Layng (2010), por exemplo, sugere a criação de mecanismos que permitam acesso imediato dos consumidores a informações sobre o impacto ambiental dos produtos ofertados – por meio

Embora as estratégias voltadas para eventos antecedentes sejam importantes e existam demonstrações experimentais de que funcionam, atentar para as consequências produzidas é fundamental, por serem a principal variável que explica a ocorrência de um comportamento.

de aplicativos para *smartphones* que “leriam” os códigos de barra dos produtos, acessariam informações sobre eles em bases de dados na internet e as apresentariam imediatamente para os consumidores.

Outro tipo de estratégia antecedente é o uso de avisos, sinais, placas, alertas que sinalizem a ocasião em que um comportamento precisa ser apresentado. Esses podem aumentar a probabilidade de ocorrência de um comportamento, especialmente se o comportamento for “simples de ser apresentado, claramente definido e quando a mensagem é apresentada em local próximo ao que o comportamento precisa ser apresentado” (Lehman & Geller, 2004, p. 19).

Um terceiro tipo de estratégia destacado pelos autores são demonstrações que apresentem comportamentos pró-ambientais. Por vezes, a simples observação de alguém se comportando de modo específico sinaliza para outras pessoas um modo mais efetivo de produzir uma certa

consequência. Isso parece ser especialmente útil quando o modelo apresentado tem menor custo de resposta ou produz consequências gratificantes que não eram produzidas de outro modo (talvez tais consequências possam ser meramente *fazer algo como o ídolo da novela faz*, mantido por reforçamento social).

A quarta estratégia refere-se a *estabelecer comprometimento com algo*. Os autores citam pesquisas que demonstram como comprometer-se (falando ou por escrito) com algo aumenta a probabilidade de a pessoa apresentar comportamentos condizentes com aquilo a que se comprometeu. Esse processo pode ser examinado como comportamento governado por regras ou como *poder de norma social*, na terminologia da psicologia social (Lehman & Geller, 2004).

Malott (2010), por exemplo, sugere a criação de páginas da internet nas quais seja possível aos indivíduos comprometerem-se publicamente com algum comportamento desejado e ainda programarem para si mesmos consequências aversivas – por exemplo, R\$ 20,00 a serem debitados do cartão de crédito – pelo não cumprimento de prazos e metas relacionados ao tema.

Por fim, a última estratégia antecedente destacada pelos autores refere-se ao *planejamento de ambientes que favoreçam a ocorrência de comportamentos pró-ambientais*. Esse tipo de estratégia visa a diminuir o custo de resposta de comportamentos ambientalmente relevantes. Por exemplo, pesquisas realizadas sobre o comportamento de reciclar lixo demonstram que tornar lixeiras para coleta seletiva mais próximas e fáceis de utilizar aumenta significativamente a quantidade de resíduos sólidos reciclados em escritórios (Brothers, Krantz & McClannahan, 1994). Heward e Chance (2010), por sua vez, destacam como a diminuição do custo de resposta associado à reciclagem ao longo dos últimos anos deve ter favorecido sua disseminação. Os autores também sugerem que o mesmo seja feito quanto, por exemplo, à secagem de roupas no varal, em contraposição ao uso de máquinas de secar roupas, processo mais danoso ao ambiente.

Estratégias orientadas para eventos consequentes.

Embora as estratégias voltadas para eventos antecedentes sejam importantes e existam demonstrações experimentais de que funcionam,

atentar para as consequências produzidas é fundamental, por serem a principal variável que explica a ocorrência de um comportamento.

Lehman e Geller (2004) destacam que as estratégias antecedentes, presumivelmente, só funcionam porque sinalizam a consequência que está associada ao comportamento pró-ambiental. Na revisão de literatura realizada pelos autores, eles identificaram dois tipos principais de estratégias utilizadas em intervenções analítico-comportamentais relacionadas a questões ambientais: uso de recompensas e de feedback.

Nas intervenções realizadas na década de 1970, publicadas em revistas científicas da área, 50% delas utilizaram *algum tipo de premiação para comportamentos ambientalmente relevantes*. Na década de 1980, o índice caiu para 27%. Da mesma forma, na década de 1990, a cifra atingiu apenas 13%, sinalizando redução significativa na quantidade de intervenções que utilizam esse tipo de estratégia (Lehman & Geller, 2004).

Uma possível explicação para a diminuição do uso de recompensas é que, embora produzam resultados significativos durante a intervenção, as pesquisas demonstram que ao encerrá-la a frequência dos comportamentos anteriormente promovidos tende a voltar ao valor registrado na linha de base (frequência pré-intervenção). Em outras palavras, as intervenções analisadas utilizaram estímulos reforçadores arbitrários – o que parece ser de pouca serventia para o fortalecimento das relações comportamentais pró-ambientais no longo prazo.

O uso de *feedback* é a estratégia sobre eventos consequentes mais frequente na literatura e cujos efeitos continuam a ser demonstrados por estudos desde a década de 1970. Há na literatura da área pesquisas utilizando diferentes formas de feedback (e.g., oral, por escrito, em gráfico; individual ou coletivo) e em diferentes esquemas de reforçamento (e.g., contínuo, razão e intervalo).

A função básica desse tipo de estratégia é destacada por Lehman e Geller (2004) como “tornar as consequências do comportamento (e.g., custo monetário e degradação ambiental) mais explícitas, tornando mais provável a apresentação do comportamento relevante” (p. 21). Em outras palavras, é um meio para tornar o comportamento sensível aos eventos posteriores produzidos pelas respostas emitidas, mas que não controlariam o comportamento sem que houvesse intervenção do ambiente social.

Estratégias orientadas para dimensões culturais.

Uma das sugestões de Heward e Chance (2010) implica alterações em consequências comportamentais, mas já aponta para intervenções no nível cultural. Os detalhes da construção de uma casa podem ser mais ou menos eficientes em termos energéticos. Quando uma casa é construída com os materiais e os eletrodomésticos mais eficientes, seu preço aumenta, apesar da economia que o morador terá a longo prazo. Para aumentar o número de donos de casa que escolhem materiais e eletrodomésticos sustentáveis, poderia-se tornar o preço a mais dos utilitários eficientes dedutível do Imposto de Renda (IR) ou criar um imposto para todos os utilitários, cujo valor fosse relacionado à sua eficiência energética. Isso exige modificar contingências individuais, mas também alteraria indiretamente o lucro das fabricantes dos eletrodomésticos, acarretando mudanças inclusive em metacontingências.

De fato, não parece ser possível enfrentar de modo responsável os desafios apresentados pelo aquecimento global e por outras ameaças ambientais atuais ignorando o nível de análise cultural. O relatório “O Estado do Mundo”, do

De fato, não parece ser possível enfrentar de modo responsável os desafios apresentados pelo aquecimento global e por outras ameaças ambientais atuais ignorando o nível de análise cultural.

Worldwatch Institute de 2010, destaca a importância da mudança cultural para orientar as pessoas a se comportarem de modo mais sustentável. Nesse relatório, a cultura é vista não como uma entidade mentalista, mas como o arranjo social de contingências que tornam mais prováveis a apresentação de certas classes de comportamentos.

Atualmente, na cultura ocidental, destaca-se a valorização do consumismo desenfreado e a busca por resultados financeiros, subestimando outras dimensões das consequências de nossas ações, como impactos sociais e ambientais. Em suma, criamos um ambiente social que dispõe contingências que valorizam comportamentos de pouca serventia para a sobrevivência em longo prazo das culturas.

Skinner já denunciava esse fato desde a década de 1940, quando publicou *Walden II*, e na década de 1950, na publicação de *Ciência e Comportamento Humano*, tendo retomado o tema em publicações posteriores, como no livro *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971).

Aqui, novamente, o analista do comportamento não está sozinho em suas preocupações. O conceito econômico de externalidade relaciona-se ao tema. O conceito pode ser definido como “o que acontece quando alguém faz algo e outrem, sem concordar, paga no todo ou em parte os custos dessa ação” (Levitt & Dubner, 2009/2010, p. 157).

Alguns exemplos: quando uma indústria expõe resíduos que comprometem a qualidade do ar onde ela está instalada, isso é uma externalidade (produzida pela indústria) com a qual a comunidade no entorno terá de lidar. Ou, quando fazemos um churrasco, também produzimos gases e consumimos recursos naturais que contribuem para esquentar o planeta. Contudo, nem a indústria, nem o organizador do churrasco “pagam” por essas consequências ambientais, imediatas ou de longo prazo, para a sociedade.

O mesmo tipo de processo explica como um rádio, fabricado com metais extraídos da América e da África, produzido na Ásia e transportado em navios por todo o mundo, chega ao consumidor final por apenas R\$ 1,99 em uma pequena cidade no interior do Brasil. O custo final ao consumidor só pode ser explicado se parte dos custos de fabricação tiverem sido externalidades e não tenham composto o custo de produção. Alguém está pagando parte do que foi gasto no processo de produção.

A externalidade, como processo econômico, pode ser examinada como produtos do comportamento, imediatos ou a longo prazo, de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos (como em um processo industrial), que não estabelece relação contingente com a ação dos indivíduos que a apresentam. Em outras palavras, não há contingências de reforço que controlem o comportamento desses sujeitos de modo compatível com o que poderia ser chamado *comportamento sustentável* (i.e., comportamento capaz de ser mantido ao longo do tempo).

Skinner (1953, 1971, 1987) já examinou esse problema e os modos pelos quais é possível manejar contingências para que o comportamento humano torne-se sensível às consequen-

ências a longo prazo. Lidar com tais problemas não é, de forma alguma, novidade para o analista do comportamento.

Em um trabalho que relaciona variáveis econômico-administrativas e análise do comportamento para reduzir externalidades “negativas” à sociedade, Biglan (2009) examina esse conceito à luz da noção de metacontingência e indica como gerenciar leis pode ser um meio eficaz de tornar empresas responsáveis pela gestão das externalidades que produzem, tornando o custo dessas atribuição das próprias empresas e não da sociedade que está, atualmente, arcando com o ônus desses processos.

O trabalho de Biglan (2009) tem o mérito de demonstrar a pertinência dos conceitos e métodos da análise do comportamento para lidar com esse tipo de processo e, ainda, utilizar linguagem e terminologia acessíveis mesmo a profissionais de outras áreas, capazes de se beneficiarem de tal abordagem. Embora esse artigo tenha sido publicado em um periódico da comunidade analítico-comportamental, sua repercussão pode ser estendida a outros contextos.

Heward e Chance (2010) apresentam algumas sugestões de intervenções voltadas mais diretamente para o nível cultural de análise, para alterações em metacontingências e macrocontingências. Eles relatam experiências nas quais consumidores recompensaram financeiramente empresas que se comprometeram com metas voltadas para a sustentabilidade.

Intitulado “Carrotmob” (<http://carrotmob.org>), um dos projetos envolve uma rede de consumidores – organizados por meio da internet, principalmente – que se dispõem a realizar as compras que eles já realizariam de modo coletivo e organizado em um local designado. Trata-se de oposto a um boicote. Os comerciantes interessados entram em uma espécie de leilão em que se comprometem a investir uma porcentagem dos lucros adquiridos com a mobilização em práticas ecologicamente saudáveis.

Outras possibilidades destacadas envolvem alterações governamentais. Heward e Chance (2010) levantam a possibilidade de se criar um “imposto verde” sobre combustíveis que, posteriormente, seria restituído igualmente a todos os contribuintes, independentemente de quanto se tivesse pago de imposto e da renda do contribuinte. Quem recebesse restituições mais altas que o imposto pago, seja porque anda a pé ou

de bicicleta ou porque utiliza transporte público ou veículos eficientes, apoiaria a iniciativa. Por outro lado, quem recebesse restituições mais baixas que o imposto pago passaria a tentar receber mais, gastando menos combustível.

Outra possibilidade seria a cobrança de multas, por exemplo, das pessoas (poucas, talvez 10%) que usam energia em excesso – com o repasse para as pessoas (muitas, talvez 60%) que consomem pouco. Em todos os casos, há alterações em contingências individuais, mas há também alterações indiretas no lucro de empresas (e.g., de petróleo) – o que significa a alteração de metacontingências.

Síntese experimental do comportamento pró-ambiental

Um modo de tornar acessível o conhecimento disponível em análise do comportamento e aumentar o uso de nossas estratégias para intervenções sobre comportamentos pró-ambientais é explicitar estratégias que já demonstraram funcionar para profissionais de diferentes áreas. O grupo de interesse da Associação de Análise do Comportamento Internacional (ABAI) *Comportamentalistas pela Responsabilidade Social* (www.bfsr.org), por exemplo, divulga em seu site uma lista de 35 ações socialmente responsáveis que as pessoas podem adotar no dia a dia.

No entanto, há uma contribuição específica da análise do comportamento que não pode ser esquecida em função de sua relevância social e histórica: intervenções analítico-comportamentais, por excelência, utilizam métodos particulares que propiciam *monitoramento da efetividade dos procedimentos adotados e correções imediatas durante as intervenções*.

O uso de delineamentos experimentais (e.g., linhas de base múltipla e de reversão) permitiu clareza sobre a eficácia das intervenções analítico-comportamentais em nossa história e não pode ser esquecido por quem trabalha na área aplicada. Na literatura norte-americana, o termo *análise aplicada do comportamento* (ou, simplesmente, ABA) costuma estar associado a esse tipo de método. No Brasil, ao examinar os anais dos congressos da área, é possível identificar que métodos experimentais não são tão frequentes nos trabalhos aplicados. Embora reconheça-se a importância de diferentes métodos na produção de conhecimento e em intervenções, a experimenta-

ção ainda é a marca característica de uma intervenção analítico-comportamental e, talvez, valha a pena investigar o porquê da baixa frequência de intervenções desse tipo em nosso País.

Botomé e Kubo (2004) sugeriram que a expressão *síntese experimental do comportamento* talvez seja mais informativa a respeito do que se espera do trabalho de um analista do comportamento ao intervir sobre a sociedade: estabelecer ou fortalecer relações comportamentais (síntese de comportamentos), com métodos específicos que demonstram alto poder de predição e controle (experimental). É importante que o profissional que atua na sociedade não apenas aplique os princípios descobertos nos laboratórios, mas também seja capaz de utilizar os métodos que tanto ajudaram a avançar o conhecimento nas últimas décadas.

Esse aspecto torna-se ainda mais importante se avaliarmos que há diferenças culturais significativas entre Brasil e Estados Unidos e, talvez, estratégias de intervenções efetivas lá possam não produzir os mesmos resultados aqui. Constituir uma ciência do comportamento autônoma, com profissionais capazes de produzir dados ao realizar intervenções, parece ser relevante ao avanço do conhecimento sobre as necessidades nacionais.

Além disso, temos uma ampla variedade de fenômenos típicos de nossa realidade que ainda não foram objeto de estudos por analistas do comportamento de outros países. Novamente, a análise aplicada do comportamento e as intervenções analítico-comportamentais no Brasil precisam ser mais do que a aplicação do conhecimento já produzido e abranger métodos que possibilitem maior visibilidade sobre os fenômenos sociais relevantes.

Interdisciplinaridade na busca da conservação ambiental

No livro *Para Beyond Freedom and Dignity*, Skinner (1971) enfatizou:

Apenas pela aplicação das ciências físicas e biológicas não resolveremos os nossos problemas. . . . Melhores contraceptivos só controlarão o crescimento populacional se forem usados . . . do mesmo modo que . . . o ambiente continuará a deteriorar-se enquanto não se abandonarem as práticas que conduzem à poluição. (p. 10)

Não se trata de o analista do comportamento, necessariamente, buscar formação em outras áreas de conhecimento, mas de interagir com outros profissionais para a elaboração de tecnologias úteis, viáveis e que produzam resultados importantes para a sociedade.

Por muito tempo o comportamento humano foi ignorado, ou mal-interpretado, em grande parte das tentativas de promoção de melhores condições de vida no planeta. Por outro lado, é importante atentar para o fato de que muitas variáveis relacionadas aos produtos do comportamento humano no ambiente fogem do âmbito de atuação em psicologia. Precisamos interagir com profissionais de outras áreas para viabilizar grande parte dos estudos e intervenções sobre os principais problemas ambientais. Não se trata de o analista do comportamento, necessariamente, buscar formação em outras áreas de conhecimento, mas de interagir com outros profissionais para a elaboração de tecnologias úteis, viáveis e que produzam resultados importantes para a sociedade.

Previsões mostram que o planeta está à beira de um colapso ambiental (Diamond, 2005). Não cabe ao psicólogo, ou analista do comportamento, vitimizar-se por ser excluído dos debates e dos projetos ambientais, mas apresentar-se em contextos nos quais tais debates e projetos são desenvolvidos e contribuir com o que os últimos 80 anos de desenvolvimento da análise do comportamento possibilitam-nos fazer.

O fato de haver profissionais atuando em educação ambiental que já reconhecem que apenas “conscientizar” as pessoas sobre problemas ambientais é pouco e de existir economistas inves-

Se a transformação imediata de nosso mundo em uma Walden II é utopia, a transformação de nossos comportamentos em condutas mais sustentáveis, assim como a mudança cultural coerente com os limites impostos pela natureza, pode nos encaminhar a um futuro melhor, ou ao menos não tão catastrófico quanto as previsões indicam.

tigando quais externalidades precisam controlar nosso comportamento indicam, de alguma maneira, que há espaço para inserção e interlocução com outros profissionais.

Se a transformação imediata de nosso mundo em uma Walden II é utopia, a transformação de nossos comportamentos em condutas mais sustentáveis, assim como a mudança cultural coerente com os limites impostos pela natureza, pode nos encaminhar a um futuro melhor, ou ao menos não tão catastrófico quanto as previsões indicam. “Na concepção dita behaviorista, o homem pode agora controlar seu próprio destino porque sabe o que deve ser feito e como fazê-lo” (Skinner, 1971/2003, p. 212). Está na hora de analistas do comportamento demonstrarem o potencial da tecnologia que dispõem para contribuir a melhores condições de vida no planeta.

Referências

- Agência Nacional da Água (ANA). (2010). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://conjuntura.ana.gov.br/conjuntura>
- Anderj, M. A. P. A. (1993). Uma sociedade voltada para o futuro. *Temas em Psicologia*, 2, 23-30.
- Biglan, A. (2009). The role of advocacy organizations in reducing negative externalities. *Journal of Organizational Behavior Management*, 29, 215-230.
- Botomé, S. P. (1980). *Objetivos comportamentais de ensino: A contribuição da análise experimental do comportamento* (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP.
- Botomé, S. P. & Kubo, O. M. (2004). *Por que a análise do comportamento inclui a experimentação como parte de seu nome: Análise experimental do comportamento?* Texto didático, não publicado, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Brothers, K. J., Krantz, I. J. & McClannahan, L. E. (1994). Office paper recycling: A function of container proximity. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 27, 153-160.
- Cone, J. D. & Hayes, S. C. (1977). Applied behavior analysis and the solution of environmental problems. Em I. Altman & J. F. Wohlwill (Orgs.), *Human behavior and environment:*

- Advances in theory and research*. New York: Plenum Press.
- Diamond, J. (2005). *Collapse: How societies choose to fail or succeed*. New York: Viking.
- Gusso, H. L. (2004). *Análise do comportamento aplicada aos problemas socioambientais* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.
- Heward, W. L. & Chance, P. (2010). Climate change: Meeting the challenge. *The Behavior Analyst*, 33(2), 197–206.
- Layng, T. V. J. (2010). Buying green. *The Behavior Analyst*, 33(2), 175–177.
- Lehman, P. K. & Geller, E. S. (2004). Behavior analysis and environmental protection: Accomplishments and potential for more. *Behavior and Social Issues*, 13, 13-32.
- Levitt, S. D. & Dubner, S. J. (2010). *Superfreakonomics*. Rio de Janeiro: Elsevier. (Trabalho original publicado em 2009)
- Malott, R. W. (2010). I'll save the world from global warming—tomorrow: Using procrastination management to combat global warming. *The Behavior Analyst*, 33(2), 179–180.
- Mollison, B. (1990). *Permaculture two: Practical design for town and country in permanente agriculture*. Tyalgum, Austrália: Tagari Publications.
- Reigota, M. (1994). *O que é educação ambiental?* São Paulo: Brasiliense
- Rogers-Warren, A. & Warren, S. F. (Orgs.). (1977). *Ecological perspectives in behavior analysis*. Baltimore: University Park Press.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1972). *Walden II: Uma sociedade do futuro* (R. Moreno & N. R. Saraiva, Trads.). São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1948)
- Skinner, B. F. (1979). *The shaping of a behaviorist: Part two of an autobiography*. New York: New York University Press.
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further reflection*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1998). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (2003). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1971)
- Townsend, C. R., Begon, M. & Harper, J. L. (2006). *Fundamentos em ecologia*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2003)
- Thompson, L. G. (2010). Climate change: The evidence and our options. *The Behavior Analyst*, 33(2), 153–170.
- Vargas, J. S. (2009). *Behavior analysis for effective teaching*. New York: Routledge.

Caminhos para ação

Para os interessados em se aprofundar nas relações entre comportamento humano e questões ambientais, selecionamos uma lista de fontes de informações que podem ser úteis:

- Acompanhamento municipal dos objetivos para o milênio (ONU):
www.portalodm.com.br
- Rede social para criar ou apoiar propostas para sua cidade:
www.cidadedemocratica.org.br
- Indicadores de sustentabilidade:
www.pegadaecologica.org.br
www.poodwaddle.com/clocks2pw.htm
- Relatório "Estado do Mundo":
www.worldwatch.org.br
- Algumas das principais ONGs ambientalistas no Brasil:
www.akatu.org.br
www.greenpeace.org.br
www.sosmataatlantica.org.br
www.spvs.org.br
www.wwf.org.br
- Projeto Consumo Sol da UFSCar:
www.ufscar.br/consusol
- Fomento para pesquisa ou projetos em conservação ambiental:
www.fundacaoboticario.org.br
www.captainplanetfoundation.org
<http://catarse.me> (crowdfunding)
(Você também pode buscar parcerias com organizações de sua região!)
- Behaviorists for social responsibility:
www.bfsr.org
(Sugerimos fortemente a leitura do artigo de Lehman e Geller [2004] disponível nessa página)
- Seção Especial "A resposta humana à mudança climática: ideias da análise do comportamento", da revista *The Behavior Analyst*:
Heward, W. L., & Chance, P. (Guest Eds.). (2010). <http://www.abainternational.org/journals/HumanResponseToClimateChangeIdeasFromBA.pdf>
- Relatório do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em parceria com o MOHC (Met Office Hadley Centre) sobre implicações das mudanças climáticas globais para o Brasil. <http://agencia.fapesp.br/13886>



O convite para publicar este artigo no *Boletim Contexto* veio logo após uma apresentação que fiz na I Jornada de Análise do Comportamento da USP. O presente texto reúne trabalhos anteriores. Alguns deles muito antigos, publicados em revistas já extintas ou difíceis de encontrar (Todorov, 1981, 1982, 1989/2007). Outros também aproveitados em publicações distintas (Todorov & Hanna, 2010; Todorov & Moreira, 2009).

A análise do comportamento não é uma área da psicologia, mas uma maneira de estudar o objeto da psicologia. Este trabalho representa uma visão pessoal e busca esclarecer o significado dos termos *behaviorismo*, *análise do comportamento* e *psicologia*.

O termo behaviorismo tem sido utilizado de diversas maneiras. Desde o manifesto de Watson, inúmeras características foram associadas a ele. Para Harzem e Miles (1978), a palavra *behaviorismo* envolve uma "família de significados". Por isso, além de ser desnecessário, é um

A análise do comportamento não é uma área da psicologia, mas uma maneira de estudar o objeto da psicologia.

equivocado investigar seu "verdadeiro" sentido. A menos que se diferencie entre os múltiplos significados do termo, não é útil proclamar-se "a favor" ou "contra" o behaviorismo.

Harzem e Miles (1978) utilizam a classificação proposta por Mace (1948) sobre as variedades de behaviorismo: (a) metafísico, (b) metodológico e (c) analítico. O behaviorismo metafísico nega a existência da mente ou dos eventos

mentais. O behaviorismo metodológico limita-se a afirmar que a mente ou os eventos mentais, ainda que existam, não são objetos apropriados ao estudo científico. Já o behaviorismo analítico adverte que os enunciados sobre a mente ou sobre os eventos mentais remetem, em última análise, ao comportamento.

Para Harzem e Miles (1978), as discussões sobre o behaviorismo metafísico e o behaviorismo metodológico resultam de erros conceituais. Assim, tanto a aceitação quanto a rejeição de um ou de outro são igualmente (e logicamente) injustificáveis. O behaviorismo analítico é diferente dos demais porque suas proposições têm caráter exclusivamente conceitual. A tese central afirma que sentenças a respeito da mente ou dos eventos mentais requerem uma tradução para sentenças sobre o comportamento. Portanto, o behaviorismo analítico não se trata de uma teoria sobre o que deve ser estudado, nem de um conjunto de instruções sobre como se deve estudar, tampouco de um grupo de orientações sobre como realizar pesquisa (Harzem & Miles, 1978, pp. 35-39).

Como veremos a seguir, a análise do comportamento, que não se limita à análise experimental do comportamento, origina-se de uma posição behaviorista de Skinner assumida mais por motivos históricos do que puramente lógicos. Skinner parte da constatação de que há ordem e regularidade no comportamento. Um vago senso de ordem emerge da simples observação cuidadosa do comportamento humano. Estamos continuamente analisando circunstâncias, predizendo o que os outros farão nessas circunstâncias e nos comportando de acordo com nossas previsões.

A análise do comportamento, que não se limita à análise experimental do comportamento, origina-se de uma posição behaviorista de Skinner assumida mais por motivos históricos do que puramente lógicos.

1 Doutor em Psicologia pela Arizona State University (1969), foi reitor da UnB (1993-1997) e coordenador do curso de Psicologia do IESB (2004-2010).

Se as interações entre os indivíduos fossem caóticas, simplesmente não estaríamos aqui. O estudo científico do comportamento aperfeiçoa e completa essa experiência comum, quando demonstra de forma precisa as relações entre circunstâncias e comportamentos (Skinner, 1953/1967).

Quando Skinner apresentou um programa de trabalho para o desenvolvimento de uma ciência do comportamento, ele previu uma análise experimental do comportamento como um dos aspectos de um empreendimento maior. Para Skinner, o material a ser analisado provém de muitas fontes. Ele aponta a utilidade de obser-

A análise do comportamento desenvolveu-se como uma linguagem da psicologia, aperfeiçoou seus métodos de estudo para questões tradicionais, abriu novos campos de pesquisa e gerou tecnologias em uso por toda parte.

vações casuais, observação de campo controlada, observação clínica, observações controladas do comportamento em instituições, estudo em laboratório do comportamento humano e, por fim, estudos de laboratório do comportamento de animais infrahumanos.

A análise do comportamento desenvolveu-se como uma linguagem da psicologia, aperfeiçoou seus métodos de estudo para questões tradicionais, abriu novos campos de pesquisa e gerou tecnologias em uso por toda parte. Já se escreveu muito sobre os métodos da análise do comportamento. As descrições são aproximadamente as mesmas, variando apenas na ênfase dada a estes ou aqueles aspectos (e.g., Honig, 1966; Skinner, 1969/1980). Tais métodos são utilizados por um grupo crescente de pesquisadores desde os anos 1950.

Conforme Honig (1966), em se tratando de uma análise experimental, os métodos de trabalho da análise do comportamento caracterizam-se pelos seguintes aspectos: (a) estudo intensivo do comportamento; (b) controle estrito do ambiente experimental; (c) uso de resposta repetitiva, que produz efeito imediato no ambiente; (d) meios eficazes de controle do comportamento; (e) observação e registro contínuo do comportamento; (f) programação de estímulos e registro de eventos automáticos.

É interessante notar que tais características geralmente referem-se apenas à análise experimental do comportamento animal. Esta caracterização é falha, por vários motivos:

1. Não há sentido em descrições que confundam a análise do comportamento com a análise experimental do comportamento animal. Uma análise experimental do comportamento animal é uma parte do trabalho, e não necessariamente a inicial. Logo, não é um fim em si mesma.

2. As caracterizações normalmente ignoram a análise conceitual como parte de uma análise do comportamento. Entretanto, é fácil constatar o quanto da contribuição de Skinner à psicologia tem a ver com o que Harzem e Miles denominam "o comportamento lógico dos conceitos". Basta verificar, além de *Ciência e Comportamento Humano* (1953/1967) e *Sobre o Behaviorismo* (1974/1982), os trabalhos de Segal (1977), de Robinson (1977) e de Glenn (2003).

3. Muito do progresso obtido pela análise do comportamento deve-se a análises funcionais não experimentais. Seguramente, mais da metade dos escritos de Skinner refere-se a análises funcionais não experimentais, isto é, à (tentativa de) identificação de variáveis dependentes e independentes em amostras de comportamento humano. Como exemplos, é possível citar as seções "O Indivíduo Como um Todo", "O Comportamento de Pessoas em Grupo" e "Agências Controladoras", em *Ciência e Comportamento Humano* (1953/1967), além do livro *Contingências de Reforço* (Skinner, 1980).

4. A análise do comportamento já não se restringe ao grupo do *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*. Mesmo os trabalhos de análise experimental animal não são, há mais de 15 anos, exclusividade dessa revista. Aliás, nunca o foram totalmente. Atualmente, os trabalhos publicados nesse periódico representam apenas uma pequena parcela do que se publica em outras revistas, especializadas ou não em análise do comportamento, em diversos idiomas.

5. Intentos de caracterização da análise do comportamento geralmente confundem os aspectos, a análise e as idiosincrasias do analista. Os trabalhos de Skinner, por exemplo, podem ser vistos sob diferentes prismas. Há

Muito do progresso obtido pela análise do comportamento deve-se a análises funcionais não experimentais.

trabalhos de análise experimental, de análise conceitual, de análise funcional não experimental e até mesmo de prescrição moral. No entanto, poucos analistas do comportamento admitiriam que prescrições morais também caracterizam a abordagem.

6. Questões ideológicas muitas vezes comprometem caracterizações da análise do comportamento, especialmente quando o aspecto ideológico não é explicado. Isso quase sempre acontece quando se discute a resolução de problemas práticos por psicólogos que lançam mão de uma análise do comportamento. É preciso admitir que a ideologia dominante em uma sociedade dirige tanto os esforços de pesquisa quanto os de aplicação. Quando questões ideológicas não são explicitadas e analisadas, corremos o risco de confundir pressupostos básicos da análise do comportamento com características ideológicas de uma determinada sociedade.

Aqui, cabe perguntar se escrevo para esclarecer ou para confundir. Adianto que a intenção, obviamente, é esclarecer. Para atingir esse objetivo, parece-me necessário explicitar que utilizo os termos behaviorismo, análise experimental do comportamento, análise do comportamento e psicologia de maneira diferente daquela encontrada nos manuais de introdução à psicologia e de modificação do comportamento. Ao mesmo tempo, vale notar que as respostas à pergunta "O que é análise do comportamento?" costumam ser equivocadas.

Vejamos então um resumo do exposto até agora.

Behaviorismo analítico (ou linguístico, como prefeririam os filósofos de hoje) é uma reflexão sobre os enunciados da psicologia: não é uma teoria sobre o que deve ser estudado, nem é um conjunto de instruções sobre como se deve fazer pesquisa. A análise do comportamento é uma linguagem da psicologia que vê seu objeto como o estudo de interações entre comportamento e ambiente. Ela se interessa especialmente pelo homem, mas também investiga interações em outros animais sempre que houver algum motivo para supor que tais estudos

possam ajudar no esclarecimento de interações entre comportamento humano e ambiente. A análise experimental do comportamento busca relações funcionais entre variáveis, controlando condições experimentais (Staddon, 1973), manipulando variáveis independentes (mudanças no ambiente) e observando os efeitos em variáveis dependentes (mudanças no comportamento).

A decomposição do conceito de ambiente é apenas um recurso de análise útil para apontar os diversos fatores indissociáveis que participam das interações estudadas pelo psicólogo. Sem a

Quando questões ideológicas não são explicitadas e analisadas, corremos o risco de confundir pressupostos básicos da análise do comportamento com características ideológicas de uma determinada sociedade.

decomposição necessária à análise, o todo é inteligível. Por outro lado, a ênfase exclusiva nas partes pode levar a um conhecimento não relacionado ao todo. O jogo constante de ir e vir, de atentar para a intercalação das partes na composição do todo, é essencial para o entendimento das interações entre organismo e ambiente.

Assim como o ambiente pode ser analisado em diferentes níveis, o comportamento pode ser entendido em diferentes graus de complexidade. O que importa não é a quantidade ou a qualidade de músculos ou glândulas envolvidas, ou os movimentos executados. O comportamento não pode ser entendido isolado do contexto em que ocorre. Não há sentido em uma descrição de comportamento sem referência ao ambiente. Da mesma forma, para a psicologia, não há sentido em uma descrição do ambiente apenas. Os conceitos de comportamento e ambiente, assim como os de resposta e estímulo, são interdependentes. Um não pode ser definido sem referência ao outro.

Como alerta Schick (1971),

Quando nos lançamos a construir uma ciência do comportamento, somos imediatamente confrontados por dois problemas. O primeiro problema é o de dizer quanto do que ocorre no mundo é considerado comportamento. Todas as mudanças em estados dos organismos são comportamentais, ou apenas parte delas? Então, quais? Se

apenas parte delas, então quais? . . . O segundo problema é o de selecionar unidades de comportamento. Como deve o comportamento ser dividido em unidades, de maneira a tornar possível uma explicação? . . . Felizmente, não é necessário afirmar exatamente o que é comportamento antes de iniciarmos a construção de uma ciência do comportamento. Podemos isolar algumas instâncias do comportamento e começar a estudá-las, mesmo que não seja possível definir exaustivamente o que é e o que não é comportamento. (p. 413)

Ao isolar uma instância do comportamento, estamos detectando algum tipo de interação entre comportamento e ambiente. Por exemplo, a perda de um parente próximo será ou não seguida de uma depressão, a depender de fatores como a idade de quem morreu, o grau de afetividade do relacionamento, a duração da enfermidade, etc. A relação funcional entre “perda de um parente e depressão exógena” depende de variáveis de contexto (Staddon, 1973).

Em um artigo sobre a noção de causalidade em psicologia, Staddon (1973) mostra como a visão de contexto não é limitada temporalmente. Contexto não se refere apenas às características atuais do ambiente externo. No exemplo acima, o grau de afetividade pode ter se estabelecido há anos por meio de interações entre os dois parentes. Assim, mesmo que a morte ocorra num período em que os parentes não se comunicavam há bastante tempo, ela exercerá influência.

O exemplo ilustra a arbitrariedade na escolha do que é causa e do que é contexto. Poderíamos falar da relação funcional entre o grau de parentesco e a depressão, dado o contexto da morte de um parente próximo. A seleção de uma variável como causa e a definição de outras como contexto vão depender de quais são os interesses envolvidos no estudo. Isso porque, quando se consideram variáveis de contexto, uma relação de causa e efeito é apenas um instrumento para a descoberta de princípios de maior generalidade. Princípios são a descrição mais econômica do conjunto de relações causais e das variáveis de contexto que dão origem a eles. Um sistema de relações funcionais bem definidas resultará em uma teoria útil se (a) especificar onde as variáveis independentes e as variáveis de contexto devem ser encontradas no ambien-

te externo e (b) orientar como detectá-las e/ou medi-las. Causa, pois, são os ingredientes primários e empíricos com os quais se constroem explicações (teorias) mais abrangentes. Portanto, o termo *causa* tem sentido apenas em uma teoria ou modelo. Não há uma causa real de um dado evento. Há apenas modelos do mundo mais ou menos adequados, sempre passíveis de modificação, de acordo com critérios como predição e generalidade (Staddon, 1973).

Para identificar relações funcionais, o analista do comportamento recorre ao conceito de contingência como instrumento. O termo *contingência* alude a regras que especificam relações entre eventos ambientais ou entre comportamento e eventos ambientais (Schwartz & Gamzu, 1977; Skinner, 1957/1978; Weingarten & Mechner, 1966). O enunciado de uma contingência é expresso com afirmações do tipo “se, então”. A cláusula *se* pode especificar algum aspecto do comportamento (Weingarten & Mechner, 1966) ou do ambiente (Schwartz & Gamzu, 1977), enquanto a cláusula *então* especifica o evento ambiental consequente.

Assim como relações funcionais são instrumentos na busca de princípios mais gerais, contingências são utilizadas pelo psicólogo experimental na procura de relações funcionais. As contingências são as definições de variáveis independentes na análise experimental do comportamento. Weingarten e Mechner (1966)

O termo *causa* tem sentido apenas em uma teoria ou modelo. Não há uma causa real de um dado evento. Há apenas modelos do mundo mais ou menos adequados, sempre passíveis de modificação, de acordo com critérios como predição e generalidade.

distinguem *contingências de variáveis independentes de proposições empíricas associadas às contingências*. Quando a cláusula *se* refere-se a algum aspecto do comportamento, como em uma contingência do tipo “se ocorrer aumento na produção, então o salário será aumentado”, uma proposição empírica seria “se aumento na produção resultar em aumento no salário, então a produção aumentará”. A relação entre a produção e os aumentos no salário se completa com

a indicação das variáveis de contexto (Todorov, 1981), isto é, com a indicação das condições sob as quais a relação funcional será observada.

Resumindo, a análise experimental do comportamento utiliza contingências e relações funcionais como instrumentos para o estudo de interações entre comportamento e ambiente (Todorov, 1989/2007). O experimentador manipula contingências em busca de relações funcionais e das condições (variáveis de contexto) nas quais podem ser observadas (Todorov, 1991). Um sistema de relações funcionais constituirá uma teoria útil se especificar *onde* as variáveis independentes e as variáveis de contexto devem ser encontradas no ambiente externo.

Interações entre comportamento e ambiente ocorrem sempre no tempo. Nosso objeto de estudo não é uma coisa, mas um processo. A maior importância dada aos esforços de quantificação, nos últimos tempos, tem levado os estudos de análise experimental do comportamento a uma preocupação com processos estáveis. Para a análise do comportamento, sobretudo para a resolução de problemas práticos pelo psicólogo, interessam também as informações sobre processos em estágio de transição. Quando uma nova contingência entra em vigor, seus efeitos dependerão dos processos de interação que estão ocorrendo. O psicólogo experimental pode dispor as condições mais adequadas (ou menos inadequadas) para estudar essas transições, bem como para estudar interações dos efeitos de diversas variáveis.

O psicólogo no exercício profissional, entretanto, depara com um problema prático. A identificação dos processos de interação quase nunca pode ser feita após estudo experimental minucioso sobre quais variáveis estão presentes

Um sistema de relações funcionais constituirá uma teoria útil se especificar onde as variáveis independentes e as variáveis de contexto devem ser encontradas no ambiente externo.

num determinado caso. Nessas circunstâncias, o psicólogo depende da linguagem teórica da análise do comportamento para orientá-lo na identificação dos processos e na realização de intervenções. Ao refletir sobre essa linguagem e sobre sua aplicabilidade à realidade em questão, o psicólogo contribui para os trabalhos de análise

se conceitual e de revisão conceitual (Todorov & Moreira, 2009).

Harzem e Miles (1978) distinguem *análise conceitual de revisão conceitual*. Há uma diferença importante entre afirmar que “x é um caso de y” e propor que “x deveria ser visto como um caso de y”. A pessoa que afirma que “um tomate é um legume” em muitos contextos seria entendida apenas como se estivesse indicando alguma coisa já implícita no conceito de legume. Em contraste, como uma criança sugando o seio materno não é, por definição, um caso de atividade sexual, defrontamo-nos com uma proposta de que o conceito de sexualidade seja ampliado para incluir o exemplo. Quanto a enunciados conceituais, portanto, é útil distinguir-se dois tipos: (a) aqueles que representam o comportamento lógico dos conceitos e (b) aqueles que recomendam propostas de mudança conceitual. O primeiro envolve análise conceitual; o segundo, revisão conceitual.

O processo da análise do comportamento decorre do intercâmbio entre pesquisa e aplicação, no qual a pesquisa nem sempre é a de laboratório, ao passo que a aplicação se refere a outros trabalhos além da solução de problemas práticos imediatos. A reflexão acerca da linguagem que empregamos para esse intercâmbio é essencial para não haver confusão. Nessa tarefa, os filósofos da ciência têm a oferecer uma contribuição indispensável.

A linguagem teórica da análise do comportamento é o cimento que reúne todas as atividades compreendidas sob essa rubrica, marca, ou o que quer seja. A análise do comportamento apresenta algumas posições muito distintas daquelas que prosperam na psicologia, como pesquisas de laboratório animal com análise experimental do comportamento de indivíduos, mas não representa apenas análise experimental do comportamento de indivíduos – nem no laboratório, nem no consultório clínico. Sua marca principal é a linguagem teórica. Experimentação com sujeito único é a grande contribuição de Skinner para a psicologia experimental dos anos 1930. Ele a herdou dos estágios nos principais laboratórios de biologia de Harvard. Junto com a taxa de respostas por unidade de tempo e os esquemas de reforço intermitente, ela forma o trio de ouro de Skinner. Mas nem ele ficou só na análise experimental do comportamento de organismos individuais (n = 1).

O processo da análise do comportamento decorre do intercâmbio entre pesquisa e aplicação, no qual a pesquisa nem sempre é a de laboratório, ao passo que a aplicação se refere a outros trabalhos além da solução de problemas práticos imediatos.

Mais do que ninguém, Skinner mostrou em *Ciência e Comportamento Humano* (1953/1967) como se pode avançar analisando exemplos da vida diária à luz da teoria. Inicialmente desenvolvida em *The Behavior of Organisms* (1938/1991), essa teoria continua em expansão até hoje e continuará a ser aprimorada pela gerações futuras, conectando os diferentes campos de atuação da análise do comportamento: pesquisa básica, pesquisa aplicada, atuação profissional, etc.

Não concordo com classificações da análise do comportamento que parecem existir para justificar erros do passado. Um triângulo com teoria em uma ponta, pesquisa básica em outra e pesquisa aplicada na terceira, com intercomunicação entre elas, é um dos erros que parece existir para justificar decisões tomadas no passado longínquo e que nos atrapalham até hoje. Atrapalham, mas ainda parece ser tabu falar disso. Vejo um V invertido, com a teoria acima (no vértice), em intercomunicação com os dois lados, o da pesquisa e o da atuação profissional. Não há comunicação entre pesquisa e atuação profissional a não ser por meio da teoria. Da mesma forma, a atuação profissional alimenta a pesquisa via teoria.

Neste século, não há outros behaviorismos senão o Skinneriano. Falar em radical só complica o ouvinte ou o leitor.

Não vejo sentido hoje em textos que se identificam com o behaviorismo radical. O adjetivo foi usado por Skinner para afirmar-se contrário a posições de teóricos como Boring. Neste século, não há outros behaviorismos senão o Skinneriano. Falar em radical só complica o ouvinte ou o leitor.

Referências

- Glenn, S. S. (2003). Operant contingencies and the origin of cultures. Em K. A. Lattal & P. N. Chase (Orgs.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 223-242). New York: Kluwer Academic and Plenum Publishers.
- Harzem, P. & Miles, T. R. (1978). *Conceptual issues in operant psychology*. Chichester, Inglaterra: Wiley.
- Honig, W. K. (1966). Introductory remarks. Em W. K. Honig (Org.), *Operant behavior: Areas of research and application* (pp. 1-11). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Mace, D. A. (1948). Some implications of analytical behaviorism. *Aristotelian Society*, 49, 1-16.
- Robinson, G. (1977). Procedures for the acquisition of syntax. Em W. K. Honig & J. E. R. Staddon (Orgs.), *Handbook of operant behavior* (pp. 619-627). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Schick, K. (1971). Operants. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 16, 413.
- Schwartz, B. & Gamzu, E. (1977). Pavlovian control of operant behavior. Em W. K. Honig & J. E. R. Staddon (Orgs.), *Handbook of operant behavior* (pp. 53-97). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Segal, E. (1977). Toward a coherent psychology of language. Em W. K. Honig & J. E. R. Staddon (Orgs.), *Handbook of operant behavior* (pp. 628-654). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1967). *Ciência e comportamento humano* (R. Azzi & J. C. Todorov, Trans.). Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1978). *O comportamento verbal* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1957)
- Skinner, B. F. (1980). *Contingências de reforço: Uma análise teórica* (R. Moreno, Trad.). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1969)
- Skinner, B. F. (1982). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix e USP. (Trabalho original publicado em 1974)
- Skinner, B. F. (1991). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. Acton, MA: Copley. (Trabalho original publicado em 1938)

- Staddon, J. E. R. (1973). On the notion of cause, with applications to behaviorism. *Behaviorism*, 1, 25-63.
- Todorov, J. C. (1981). Behavior analysis and experimental pharmacology. *Neurosciences & Biobehavioral Reviews*, 5, 307-314.
- Todorov, J. C. (1982). Behaviorismo e análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 3, 10-23.
- Todorov, J. C. (1991). O conceito de contingência na psicologia experimental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7(1), 59-70.
- Todorov, J. C. (2002). A evolução do conceito de operante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(2), 123-127.
- Todorov, J. C. (2004). Da aplysia à constituição: Evolução de conceitos na análise do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 151-156.
- Todorov, J. C. (2007). A psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(especial), 57-61. (Trabalho original publicado em 1989)
- Todorov, J. C. & Hanna, E. S. (2010). Análise do comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), 143-153.
- Todorov, J. C. & Moreira, M. B. (2009). Psicologia, comportamento, processos e interações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 404-412.
- Weingarten, K. & Mechner, F. (1966). The contingency as an independent variable of social interaction (pp. 447-459). Em T. Verhave (Org.), *The experimental analysis of behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.



Alguns autores (e.g., Pérez Alvarez, 2006) identificam três gerações da terapia comportamental. Iniciada na década de 1950, a primeira delas se caracterizaria por uma oposição ao principal modelo clínico vigente na época, a psicanálise, bem como pela ênfase em princípios científicos, sobretudo da psicologia da aprendizagem.

Com vocação ambientalista e contextual, a primeira geração da terapia comportamental deu origem às técnicas de dessensibilização sistemática (J. Wolpe) e exposição com prevenção de resposta (H. J. Eysenck), baseadas no condicionamento clássico e aplicadas principalmente aos transtornos de ansiedade. Já os chamados *distúrbios de ordem psicótica* eram tratados com técnicas operantes, empregadas em pacientes institucionalizados. Mais tarde, esta vertente seria denominada análise aplicada do comportamento ou, simplesmente, modificação do comportamento.

Na década de 1970, emergiria a segunda geração da terapia comportamental. Marcada pela influência do modelo cognitivo, ela teria comprometido (ao menos em parte) sua natureza externalista. Por exemplo, crenças e expectativas foram alçadas à condição de causas do comportamento. Trata-se do auge da terapia cognitivo-comportamental, afinada ao modelo médico. Nesse período, as categorias nosológicas prevaleceram sobre a tradicional abordagem idiográfica (Pérez Alvarez, 2006, p. 162).

Com o objetivo de resgatar a vocação contextual da primeira fase, a terceira geração da terapia comportamental teve início na década

de 1990. Opondo-se ao modelo de déficit subjacente ao paradigma médico e cognitivista, ela rejeita os protocolos de tratamento e destaca o papel do comportamento verbal na origem do sofrimento humano. Entre as terapias de terceira geração mais conhecidas, estão a psicoterapia analítica funcional (Kohlenberg & Tsai, 1991) e a terapia de aceitação e compromisso (Hayes, McCurry, Afari & Wilson, 1991).

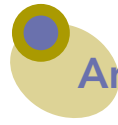
Baseados neste breve panorama histórico e no conhecimento/experiência com a terapia comportamental, Rachel Rodrigues Kerbauy e Luc Vandenberghe apresentam nesta seção um olhar pessoal a respeito da seguinte pergunta:

A terapia analítico-comportamental atualmente praticada no Brasil pode ser considerada uma terapia de terceira geração?

Boa leitura!

Referências

- Hayes, S. C., McCurry, S. M., Afari, N. & Wilson, K. (1991). *Acceptance and commitment therapy (ACT): A manual for the treatment of emotional avoidance*. Reno, NV: Context Press.
- Kohlenberg, R. J. & Tsai, M. (1991). *Functional analytic psychotherapy: Creating intense and curative therapeutic relationships*. New York: Plenum.
- Pérez Alvarez, M. (2006). La terapia de conducta de tercera generación. *eduPsykhé*, 5(2), 159-172.



Análise do comportamento: Princípios e flexibilidade com as contingências

Rachel Rodrigues Kerbauy¹

A solicitação da ABPMC para eu escrever um artigo ao *Boletim Contexto*, respondendo à questão “A terapia analítico-comportamental atualmente praticada no Brasil pode ser considerada uma terapia de terceira geração?”, me congelou.

A princípio, pensei que um método adequado para respondê-la seria indagar pessoas com diferentes anos de prática clínica, conhecer um pouco do contexto em que trabalham e as pessoas com as quais convivem e discutem suas observações e atuações, investigar qual seu comparecimento a congressos e quais escolhem, o que lêem com frequência ou esporadicamente, como selecionam essas leituras e quais os livros relidos, como foram formadas, e assim por diante.

A preferência para obter esses dados seria uma conversa informal, sem gravadores, com questões simples, possíveis num café ou num banco de praça. Poderia até começar perguntando “Qual o tipo de problema mais comum em seu consultório?” e, a partir daí, aprofundar o objetivo de descobrir como trabalha. Após coletar essas informações, poderia classificá-las, estabelecendo os critérios e identificando o referencial teórico.

Como vocês podem notar, pertenço a uma geração que discutia pesquisa participativa com a maior objetividade possível. Não fosse psicóloga, provavelmente seria antropóloga e moraria na comunidade estudada ou, pelo menos, passaria horas nela. Acredito que uma boa observação, conversa e organização das informações ainda podem oferecer dados relevantes sobre determinados assuntos. Ao mesmo tempo, um arquivo com resumos de sessões também pode auxiliar na elaboração de procedimentos e no delineamento de pesquisas.

Afinal, ninguém pode implementar um programa preventivo ou de atuação para obesos, por exemplo, sem conhecer hábitos alimentares e conversar sobre alimentação individual, familiar e cultural. Melhor ainda é observar a escolha em restaurantes ou saber do que consistiram as últimas refeições. Talvez esse tipo de dado e sua análise permitam intervenções eficazes e estabeleçam índices para mudança.

Após muito cogitar, decidi responder tópicos da questão. Levantar bibliografia sobre o assunto certamente me levaria aos defensores desse conceito de *onda*, pois ele é dos últimos anos. Fui reler, então, o artigo de Hayes (2004) – autor aparentemente pioneiro ao falar em ondas da terapia comportamental.

Tomando a liberdade de apresentar os conceitos discutidos por Hayes, a primeira onda da terapia comportamental teria ocorrido durante a prevalência das tradições clínicas não empíricas, marcadas por inconsistência científica. Daí a necessidade de estabelecer princípios científicos e de testar rigorosamente as tecnologias de aplicação. Já a segunda onda se caracterizaria por esforço semelhante, mas orientado sobretudo pelos princípios cognitivos e da aprendizagem social. A emergência da terceira onda, por sua vez, coincidiria com a disposição para se abrir às tradições clínicas e a ênfase na construção de repertórios flexíveis. Para Hayes, portanto, a terapia comportamental ingressaria em novos territórios.

No entanto, discutir esse artigo suscita questões sobre critérios de publicação. Em primeiro lugar, será que as publicações sobre o tema (i.e., terceira onda da terapia comportamental) são sempre do mesmo grupo? Nesse sentido, caberia ler as apresentações de séries especiais em revistas científicas. Contudo, essa estratégia poderia conduzir a análises insatisfatórias quanto à terapia comportamental interessada em promover análise funcional e basear a mudança do cliente em princípios cientificamente válidos.

¹ Doutora em Psicologia Experimental pela USP, é Professora Titular aposentada desta universidade e terapeuta analítico-comportamental.

Uma tomada de posição mais condizente com as mudanças a que assisti, na terapia comportamental, remete à formação dos terapeutas e ao rigor da aprendizagem dos princípios de análise do comportamento, ao modo como foram construídos e à sua contribuição para a psicologia. Assim, considero que as mudanças ocorridas nos objetivos e na forma de trabalho decorrem da análise de contingências. Respostas a elas e a abrangência que tal análise permitia consideravam a extensão dos princípios à aplicação.

Ser um Analista de Comportamento

Na década de 1970, as revistas disponíveis eram o JEAB e o JABA. Em seguida, surgiu a *Behavior Modification* e, enquanto isso, circulava a *Behavior Therapy* e as coletâneas publicadas com a contribuição de diversos autores. Naquela época, líamos tudo, discutíamos e empregávamos o que julgávamos adequado.

Um analista do comportamento poderia escolher *onde* e *com o que* trabalhar. Teria habilidade e conhecimento para buscar soluções para problemas do comportamento humano e empregar métodos para avaliá-las. Seu domínio de ação poderia ser retardo mental, comportamento organizacional, manipulações da escola, saúde mental ou física e outras áreas de interesse. Estaria sempre mantendo um foco nas relações entre comportamento e ambiente e conseguiria dominar o campo de interesse, na prática, por meio da literatura e educação continuada. As contingências e os princípios de análise do comportamento norteavam o percurso, bem como as pesquisas básicas, aplicadas ou tecnológicas.

Skinner (1957), logo no início do capítulo sobre análise funcional do comportamento verbal, esclareceu que “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de suas ações” (p. 1). Na sequência, ele delineou o roteiro da análise do comportamento:

Certos processos que o organismo humano compartilha com outras espécies alteram o comportamento e assim adquirem um intercâmbio mais saudável e intercambiável com um ambiente específico. Quando o comportamento apropriado se estabelece, suas consequências atuam com o mesmo processo para manter sua força. (Skinner, 1957, p. 1)

Atualmente, uma das áreas mais discutidas e estudadas é o comportamento verbal. Não por acaso, apresenta uma revista específica (i.e., *The Analysis of Verbal Behavior*), visto que inúmeras pesquisas mostraram que a linguagem acarreta diferenças significativas no modo como reforçadores afetam comportamentos de animais e humanos. Ao ingressar em uma cultura verbal, os seres humanos podem descrever a si mesmos o ambiente, formular regras verbais e agir de acordo com elas (Lowe, 1979).

Desde o primeiro curso de análise do comportamento ministrado pelo professor Keller e pelos seus assistentes na Columbia University, em Nova York, mudou-se a maneira de ensinar. Munidos de livros e da caixa de Skinner, os estudantes obedeciam a um planejamento criterioso. Os debates

Uma tomada de posição mais condizente com as mudanças a que assisti, na terapia comportamental, remete à formação dos terapeutas e ao rigor da aprendizagem dos princípios de análise do comportamento, ao modo como foram construídos e à sua contribuição para a psicologia.

para análise de dados ensinavam a escrever relatos de experimentos. Quando Keller veio ao Brasil em 1961, esse modelo foi seguido e os livros, traduzidos para o português. A obra *Princípios de Psicologia*, de Keller e Schoenfeld (1950/1973), nos ensinava e os experimentos mostravam como obter dados para comprovar as afirmações.

O livro mostrou que poderíamos entender o comportamento e nos aventurarmos a pesquisar com humanos. O próprio Keller fez um trabalho sobre o Código Morse internacional, utilizado durante a guerra, e mostrou como nosso comportamento é guiado por combinações complexas de estímulos. Muitos estímulos discriminativos operam simultaneamente e a resposta é ao comportamento, e não a um único elemento. Uma resposta pode ainda ocorrer diante de um grupo de estímulos discriminativos mudando continuamente. Sendo assim, a análise apresenta problemas ainda mais difíceis.

Coletando dados com aqueles princípios, Keller ensinava que não havia limite para o conhecimento da psicologia. A discriminação de

estímulos abria possibilidades e descobríamos que, quanto mais ambígua uma situação, mais o comportamento observado era função das consequências. Para entender comportamentos complexos, precisávamos entender o contexto das contingências, e não nos fixar em apenas uma delas. Assim como os eventos externos, os eventos privados ou internos também eram governados pelas consequências.

Os estudos revelavam que não era suficiente usar sistema de fichas, dessensibilização sistemática ou até mesmo consequências diferenciais em terapia. O cliente e o terapeuta começaram a discutir como a análise funcional poderia ajudar a mudar o contexto de vida, ou seja, as contingências. Adotava-se uma postura ativa, responsável por experimentos capazes de demonstrar a relevância do comportamento verbal.

O estudo e a discussão dos princípios de análise do comportamento, aliados à formação advinda dos experimentos, levou a conhecimento sólido. O aluno se formava com a leitura de *Princípios do Comportamento*, de Ferster, Culbertson e Boren (1968/1977). Na segunda edição, os autores ressaltaram a importância de descrever com precisão o comportamento dos alunos durante o curso, a fim de assegurar os dados necessários para análise. Ferster et al. concluíram que “não seria suficiente que os estudantes apenas repetissem definições técnicas e exemplos dados no texto” (p. 17).

Os estudos revelavam que não era suficiente usar sistema de fichas, dessensibilização sistemática ou até mesmo consequências diferenciais em terapia. O cliente e o terapeuta começaram a discutir como a análise funcional poderia ajudar a mudar o contexto de vida, ou seja, as contingências. Adotava-se uma postura ativa, responsável por experimentos capazes de demonstrar a relevância do comportamento verbal.

Eles queriam que, ao término do curso, os estudantes fossem capazes de analisar o mundo ao seu redor, utilizando os instrumentos e o nível de análise que os princípios de comportamento haviam oferecido. Em outras palavras,

os alunos precisavam transpor com facilidade o que estavam aprendendo para áreas não abordadas no texto. Até porque, após o curso, eles iriam atuar em diversas áreas, como ensino, indústria e clínica.

Em *Princípios Elementares do Comportamento*, livro escrito por Whaley e Mallot (1971/1980) para ensinar os alunos a aprender como se faz a psicologia, os autores defenderam que “a aprendizagem não necessita ser dolorosa, aborrecida ou restrita a um grupo selecionado de pessoas cujas histórias de vida as modelaram para assumir o papel de ‘heróis do saber’” (p. 9). Em última análise, eles pretendiam que o aluno fosse capaz de avaliar criticamente os fatos apresentados pela imprensa ou relatados no cotidiano, à luz dos princípios do comportamento.

Outro livro adotado era o *Princípios de Análise do Comportamento*, de Millenson (1967/1975), que explicava o processo de aquisição e manutenção do comportamento, descrevia os conceitos envolvidos e como proceder ao empregá-los. Além disso, fornecia exemplos práticos e demonstrava como os princípios obtidos em laboratório eram empregados naquela condição.

Paralelamente a essas obras, os estudantes liam textos de Skinner, com destaque para *Ciência e Comportamento Humano* (1953/1967), *Walden II* (1948/1972) e *Sobre o Behaviorismo* (1974/1982). Posteriormente, leram *Aprendizagem: Comportamento, Linguagem e Cognição*, de Catania (1998/1999). A exemplo de Skinner, este autor analisou os paralelos entre a seleção natural de Darwin e a seleção do comportamento por suas consequências, marca da análise do comportamento. Seu livro procura integrar os tópicos de comportamento verbal e não verbal, destacando o que podemos aprender com as ciências biológicas e suas pesquisas sobre as interações inibidoras entre classes operantes. Afirma, ainda, a dificuldade de quem não fez modelagem em laboratório perceber como as interações cotidianas instalam comportamentos.

Por outro lado, *Coerção e suas Implicações*, de Sidman (1989/1995), alertou sobre o cuidado a ser tomado com programas aversivos. Aqueles interessados em clínica liam também *Personalidade: Uma Análise do Comportamento*, de Lundin (1969/1972), traduzido por mim e pelo Luis Otavio de Seixas Queiroz. Ainda editado, vida longa para um livro que discutia clínica e o conceito de personalidade.

Enfim, a sólida formação caracterizou os analistas do comportamento. O apego aos dados experimentais e a necessidade de comprovação das descobertas foram pontos cruciais e formaram uma maneira de ver a psicologia.

Em *Behavior of Organisms*, Skinner (1938/1991) afirmou que estava mais interessado na descrição que na interpretação. Queria formular relações funcionais de forma consistente. Esse pensamento se manteve e vários autores contribuíram com artigos sobre a experimentação, como Sidman (1978), em *Táticas da Pesquisa Científica*. Johnston e Pennypaker (1993), por sua vez, em *Strategies and Tactics of Behavior Research*, lembraram o apelo de Skinner para medir as mudanças.

O que caracteriza os trabalhos em análise do comportamento não é só o método experimental, mas a possibilidade de fazer observações casuais ou criar métodos específicos para o problema estudado. Parece ser uma constante o estudo intensivo do comportamento individual, o controle do ambiente experimental, o emprego de resposta definida e repetitiva, assim como de meios eficazes de controlar o ambiente, além da programação de estímulos novos a serem introduzidos. Não à toa, é frequente em clínica solicitar-se registros de comportamentos e observar, quando possível, como eles se apresentam na sessão.

Alguns aspectos que determinaram polêmicas e mal-entendidos

Os eventos privados talvez sejam o principal alvo de controvérsias. Um deles são os sentimentos ou as condições sentidas pelo corpo. O outro é a atividade operante encoberta, chamada antigamente de *coverantes*, ou seja, operantes encobertos. O papel funcional dos eventos privados e a maneira como afetam o comportamento verbal (ou não verbal) são hoje apresentados.

Artigos de revisão como o de Krasner (1982), sobre o contexto e o desenvolvimento da terapia comportamental, (a) descrevem experimentos a respeito de vários tópicos; (b) mostram a quantidade de publicações e a abrangência do material estudado; (c) destacam a necessidade de programar a generalização e (d) confirmam o efeito de reforçadores, mesmo quando eles não são identificados.

De modo geral, os textos sublinham as diversas contribuições herdadas da década de 1970. Entre elas, a investigação das categorias ansiedade e depressão, sobretudo a partir da

proposta de Ferster. As aplicações de terapia comportamental, vale lembrar, ocorriam em direção oposta à terapia tradicional, privilegiando a resolução de problemas cotidianos, a elaboração de técnicas e a realização de análises de contingências.

A teoria, sua expansão e as contingências determinam as direções a caminhar. Não temos ondas, mas a natural mudança da condição humana. Os terapeutas analítico-comportamentais estão inseridos nesse contexto e continuam buscando soluções e possibilidades de enfrentamento.

Inicialmente com crianças, a modelagem de novos comportamentos logo se estendeu ao trabalho com adultos. O efeito das instruções também passou a ser analisado e adicionado a influências sociais desde 1969, com o estudo de Agras, Leitenberg, Barlow e Thompson. Embora antigos, esses trabalhos ainda podem ser revisitos com proveito para os analistas atuais.

O tópico sobre controle de estímulos, como diz Sidman (2008), é abrangente e complexo. O conceito de equivalência de estímulos é um exemplo de parceria entre teóricos e pesquisadores e de aplicação em problemas enfrentados em diversas áreas. Parece-me retratar bem a abertura da terapia comportamental, atuante em várias direções. É assim que ela tem se desenvolvido e produzido conhecimentos.

O trabalho de Kohlenberg e Tsai (1991/2001) também ilustra como descrever e propor pesquisa na área clínica. Apesar de não terem dados experimentais, os autores simularam e analisaram sessões de terapia para fundamentar suas proposições.

Diariamente, os psicólogos se perguntam qual o seu papel e quais as sanções por mudar. Os valores éticos, a função de um comportamento desejável em determinadas circunstâncias, são decididos por quem? Não há como escapar aos debates filosóficos, sociais, políticos e até mesmo religiosos. Basta verificar a quantidade de escritos de Skinner sobre esses assuntos, evidente nos títulos de seus livros e nas polêmicas suscitadas. De tempos em tempos, um elemento novo aparece e influencia o comportamento hu-

mano. Podemos ficar em pânico, esperançosos ou indignados, mas haverá sempre que decidir e planejar mudanças.

Portanto, a teoria, sua expansão e as contingências determinam as direções a caminhar. Não temos ondas, mas a natural mudança da condição humana. Os terapeutas analítico-comportamentais estão inseridos nesse contexto e continuam buscando soluções e possibilidades de enfrentamento.

Referências

- Agras, W. S., Leitenberg, H., Barlow, D. H. & Thompson, L. E. (1969). Instructions and reinforcement in the modification of neurotic behavior. *American Journal of Psychiatry*, 125(10), 1435-1439.
- Catania, C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição* (D. G. Souza, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1998)
- Ferster, C., Culberson, S. & Boren, M. C. P. (1977). *Princípios do comportamento* (M. I. Rocha e Silva, M. A. Rodrigues & M. B. L. Pardo, Trads.). São Paulo: Editora Hucitec e USP. (Trabalho original publicado em 1968)
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*, 35(4), 1-25.
- Johnston, J. & Pennypaker, H. (1993). *Strategies and tactics of behavior research*. Hillsdale: Erlbaum.
- Keller, F. S. & Schoenfeld, W. N. (1973). *Princípios de psicologia: Um texto sistemático na ciência do comportamento* (C. M. Bori & R. Azzi, Trads.). São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1950)
- Kohlenberg, R. J. & Tsai, M. (2001). *Psicoterapia analítica funcional* (R. R. Kerbauy et al., Trads.). Santo André: ESETec. (Trabalho original publicado em 1991)
- Kransner, L. (1982). Behavior therapy: On roots, contexts and growth. Em T. Wilson & C. M. Franks (Orgs.), *Contemporary behavior therapy* (pp. 11-62). New York: Guilford Press.
- Lowe, C. F. (1979). Determinants of human operant behavior. Em M. D. Zeiler & P. Harzem (Orgs.), *Advances in analysis of behaviour: Reinforcement and the organization of behavior* (pp. 159-192). Wiley, Chichester: Inglaterra.
- Lundin, R. (1972). *Personalidade: Uma análise do comportamento* (R. R. Kerbauy & L. O. S. Queiroz, Trads.). São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1969)
- Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*. Brasília: Coordenada. (Trabalho original publicado em 1967)
- Sidman, M. (1978). *Táticas da pesquisa científica: Avaliação dos dados experimentais da psicologia* (M. E. Paiva, Trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações*. (M. A. P. Andery, Trad.). São Paulo: Editorial Psy. (Trabalho original publicado em 1989)
- Sidman, M. (2008). Reflections on stimulus control. *Behavior Analyst*, 31(2), 127-135.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appletton-Century Crofts.
- Skinner, B. F. (1967). *Ciência e comportamento humano* (R. Azzi & J. C. Todorov, Trads.). Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1972). *Walden II: Uma sociedade do futuro*. (R. Moreno & N. R. Saraiva, Trads.). São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1948)
- Skinner, B. F. (1982). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix e USP. (Trabalho original publicado em 1974)
- Skinner, B. F. (1991). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. Acton, MA: Copley. (Trabalho original publicado em 1938)
- Whaley, D. L. & Malott, R. W. (1980). *Princípios elementares do comportamento* (M. A. Mattos, M. L. Ferrara & C. F. Santoro, Trads.). São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1971)

Ponto de Vista

Terceira onda e terapia analítico-comportamental: Um casamento acertado ou companheiros de cama estranhos?

Luc Vandenberghe¹

Há alguns meses, recebi um convite para escrever sobre a relação entre a terapia analítico-comportamental e a chamada *terceira onda*. Aceitei e agradeço pelo privilégio.

Minha perspectiva é de um terapeuta comportamental que chegou em 1994 ao Brasil, onde uma versão behaviorista radical da terapia comportamental já estava bem solidificada. Assistindo pela primeira vez às palestras de Roberto Banaco, Hélio Guilhardi, Maly Delitti e de outros terapeutas comportamentais, logo detectei um parentesco com alguns tratamentos norte-americanos com as quais eu tinha trabalhado no passado. Mais especificamente, pensei na FAP e no tratamento que à época ainda preferimos chamar de *distanciamento compreensivo* ou *terapia contextual*, mas que ia se tornar conhecido pelo acrônimo de ACT.

O parentesco consistia em uma leitura pouco convencional da análise do comportamento e do behaviorismo radical. Tanto os brasileiros acima mencionados quanto os criadores da FAP e do distanciamento compreensivo trouxeram as análises Skinnerianas de sentimentos, cultura e comportamento verbal como subsídios para a atuação clínica. Essa leitura atestava, na época, um pouco de ousadia. Por que ousadia? Porque, em outros ambientes, a análise do comportamento não é vista como uma teoria que pode sustentar uma prática clínica.

Convencionalmente, Skinner tem sido considerado referência num assunto notável, a saber, as respostas simples de organismos numa situação altamente controlada como a câmara de condicionamento. A aplicação clínica dessa análise do comportamento consistiria, então,

na programação de contingências padronizadas em instituições fechadas ou em outras situações onde os esquemas de reforçamento pudessem ser controlados.

Entretanto, os clínicos não tinham essa leitura de Skinner. Os criadores da FAP e do distanciamento compreensivo interessaram-se na análise do comportamento de eventos encobertos e de relações sociais. Eles exploraram as implicações do behaviorismo radical para a psicoterapia, isto é, o encontro de um terapeuta com outra pessoa para falar sobre os sentimentos e relacionamentos do segundo – isso tudo com a intenção de ajudar, esse último, com alguns de seus problemas pessoais.

Do ponto de vista behaviorista radical, a reflexão aprofundada sobre sentimentos, cultura e comportamento verbal permitiu algumas práticas clínicas até então raramente associadas à análise do comportamento.

Os terapeutas comportamentais brasileiros acima referidos também estudaram Skinner por esse motivo pouco convencional. Não seria então uma coincidência fenomenal? Um grupo de terapeutas nos Estados Unidos e outro no Brasil estavam construindo, de maneira independente, uma forma de tratamento psicológico diferente nas suas opções clínicas e distinta do que estávamos acostumados.

Do ponto de vista behaviorista radical, a reflexão aprofundada sobre sentimentos, cultura e comportamento verbal permitiu algumas práticas clínicas até então raramente associadas à análise do comportamento. Por exemplo: o trabalho terapêutico com relatos de sonhos, o relacionamento terapeuta-cliente, a análise do efeito da sessão sobre a pessoa do terapeuta

¹ Doutor em Psicologia pela Université de Liège (BEL), é Professor Adjunto da PUC de Goiás.

e a relevância desse efeito para a terapia. Tudo isso está longe do tecnicismo frio da qual a *modificação do comportamento* já foi acusada. No Brasil, essas novas práticas evoluíram para estilos clínicos que conhecemos hoje como a *terapia analítico-comportamental* e a *terapia por contingências de reforçamento*. Durante a década de 1980, nos Estados Unidos, um trabalho muito similar deu início ao que chamamos agora de terceira onda.

Ainda durante a década de 1990, soube que a FAP e a terapia contextual já estavam presentes e sendo usadas no Brasil. Salvo engano, foram trabalhos de Maria Zilah Brandão e Fatima Conte, na ABPMC, que me alertaram para o fato. Assim, parecia-me que as terapias brasileiras e as norte-americanas, pela similaridade acima comentada, podiam formar um casal perfeito. O anseio de oferecer uma forma de tratamento comportamental adequado às necessidades de clientes ambulatoriais, assim como a opção teórica pelo behaviorismo radical, parecia facilitar a convivência das abordagens e talvez também promover a comunicação entre elas. A questão que me foi posta agora, uma década e meia depois, sugere que o relacionamento entre ambas não é tão simples e óbvio como me parecia. Por isso, abordarei as diferenças e as similaridades entre as duas de uma maneira mais objetiva. Para facilitar essa tarefa, consideraremos primeiro o que diferencia os dois movimentos terapêuticos das outras terapias comportamentais. Para isso, realizarei um pequeno passeio pela história e pela questão filosófica do externalismo, inerente ao behaviorismo radical.

Superando o internalismo e o tecnicismo

Primeiro, é necessário esclarecer que o termo *terceira onda* deriva de uma história que descreve uma cronologia de eventos que ocorreram no cenário internacional (sobretudo norte-americano e europeu), do qual a terapia analítico-comportamental, como a conhecemos hoje, não participou. O termo *terapia analítico-comportamental* não se refere a uma cronologia, mas a uma visão clínica baseada no behaviorismo radical e enraizada num espaço geográfico (ou melhor, cultural), a saber, o Brasil. Estamos, então, comparando conceitos de diferentes ordens: um conceito que refere a uma história, outro que refere a uma cultura.

No cenário internacional, a terapia comportamental, uma vez que se tornou um movimento amplo, conheceu três ondas históricas. A primeira surgiu bem no meio do século XX. Nesse momento específico, alguns autores buscaram inspiração no paradigma pavloviano, como também nas publicações de Mary Cover Jones e de outros antigos clínicos behavioristas. Hans Jurgen Eysenck (a não ser confundido com o psicólogo cognitivo Michael Eysenck, mais conhecido no Brasil) era um dos líderes intelectuais do movimento. Joseph Wolpe era outro líder. A partir da década de 1950, H. J. Eysenck publicou um impressionante volume de trabalhos teóricos e empíricos acerca da terapia comportamental. Até hoje, considera-se essa produção um fator determinante no estabelecimento da terapia comportamental como tratamento psicológico (Buchanan, 2010).

Vale ressaltar uma distinção entre os analistas do comportamento, que trouxeram suas aplicações para grupos de treino de pais, escolas, hospitais e outros contextos de significância social, e os terapeutas comportamentais que tratavam transtornos de ansiedade (ditos *neuróticos*) no consultório ambulatorial. Os analistas do comportamento eram defensores da visão externalista Skinneriana, mas raramente trabalhavam no consultório. Os terapeutas comportamentais no consultório não aderiram ao behaviorismo radical. Trabalhavam com diversos tipos de behaviorismo mediacional. Tratava-se exatamente do tipo de teoria internalista que Skinner combateu tão veemente durante toda a sua carreira.

Abordavam-se problemas neuróticos com técnicas padronizadas e uma visão internalista. A pessoa com agorafobia esquivava ou fugia de certos ambientes porque tinha ansiedade. A ansiedade (i.e., um conjunto de respostas emocionais e fisiológicas internas) era a causa do problema (Eysenck, 1957). O tratamento consistia em eliminar a ansiedade por procedimentos de inibição recíproca (Wolpe, 1954) ou por extinção pavloviana (Eysenck & Rachman, 1965). Após eliminar os processos patológicos subjacentes, o comportamento agorafóbico desaparecia.

É fácil notar que tal modelo é irreconciliável com a análise do comportamento. De acordo com Skinner, o problema a ser tratado está nas contingências, isto é, na interação com o ambiente. Os analistas do comportamento assumem que a pessoa com agorafobia esquiva

de espaços abertos (e sente ansiedade) por causa das contingências. A ansiedade não é a causa do comportamento, mas um efeito colateral das contingências que determinam o comportamento. O tratamento consiste então em mudar a maneira como a pessoa interage com seu ambiente.

Por causa da segregação entre os analistas do comportamento (externalistas) nas instituições e os terapeutas comportamentais (internalistas) nos seus consultórios, a crítica externalista não chegou a influenciar muito as práticas clínicas no consultório. Ainda na década de 1980, Eysenck (1987) afirmou que o modelo operante (da análise do comportamento) tinha pouca relevância para os transtornos de ansiedade. Não havia, então, trocas entre o campo internalista e o externalista? Havia, de fato.

No Brasil, a tradição comportamental aderiu desde cedo à análise Skinneriana e a terapia comportamental se desenvolveu dentro da comunidade verbal behaviorista radical. Por isso, o externalismo não constituiu uma inovação na terapia comportamental brasileira.

No auge da primeira onda, os terapeutas comportamentais acolheram contribuições técnicas da análise do comportamento, mesmo sem tornarem-se behavioristas radicais. Autores como Wolpe e H. J. Eysenck mostraram interesse por qualquer contribuição cientificamente fundada. E, do outro lado, alguns Skinnerianos também buscaram aliar-se com a terapia comportamental clássica. Antes de fundar sua própria revista (i.e., o JABA), analistas aplicados do comportamento encontraram veículos de publicação nas revistas do campo pavloviano. Contudo, nunca se sentiam plenamente à vontade nessa companhia. Como exemplo, Wolf (1993) descreve o incômodo que analistas do comportamento sentiam ao precisar publicar numa revista dominada por teóricos como H. J. Eysenck, que não tinham compromisso com o behaviorismo Skinneriano.

Nos Estados Unidos, a aplicação plena de uma visão externalista na prática de consultório ocorreu depois que a terapia cognitivo-comportamental (internalista) já tinha sido estabelecida com firmeza. Foi uma contribuição inovadora

da terceira onda propor uma prática clínica coerentemente externalista. A situação brasileira foi bem diferente. No Brasil, a tradição comportamental aderiu desde cedo à análise Skinneriana e a terapia comportamental se desenvolveu dentro da comunidade verbal behaviorista radical. As técnicas Wolpianas (na sua origem internalistas) tinham sido importadas no País, mas foram rapidamente absorvidas nas práticas da análise do comportamento (externalista). Por isso, o externalismo não constituiu uma inovação na terapia comportamental brasileira. Os terapeutas comportamentais no País não precisaram esperar a FAP e a ACT para assumir uma visão externalista.

A sequência das ondas

No cenário internacional, a terapia comportamental clássica foi superada por uma segunda onda durante a década de 1970. Esta colocou sob os holofotes outra categoria de processos mediacionais. Seus modelos não focaram as dinâmicas das respostas emocionais e fisiológicas, mas sim os processos cognitivos e as estruturas mentais. Essa onda é conhecida como a terapia cognitivo-comportamental. No Brasil, as terapias de cunho cognitivo não demoraram a ser conhecidas e comentadas. Elas gradualmente ganharam adeptos – o que culminou, durante a segunda metade da década de 1990, na formação de um movimento amplo e produtivo no nível nacional (Rangé, Falcone & Sardinha, 2007) e na sua organização em associações como a Sociedade Brasileira de Terapias Cognitivas (SBTC) e a Associação Brasileira de Psicoterapia Cognitiva (ABPC). Nesse momento, a terapia analítico-comportamental já havia se consolidado no País.

Observamos, então, uma cronologia invertida. A terceira onda apareceu no cenário internacional depois da terapia cognitivo-comportamental. O modelo cognitivo e as técnicas da terapia cognitiva estavam amplamente aceitos como a forma ortodoxa de tratar transtornos de ansiedade e de humor. Os autores da terceira onda construíram sua abordagem a partir de uma crítica externalista às práticas existentes. Eles continuaram atuando basicamente como o fizeram os clínicos da segunda onda, mas trocaram o modelo cognitivo por um modelo contextualista, inspirado no behaviorismo radical. Afirmaram, por exemplo, que a análise

Os autores da terceira onda construíram sua abordagem a partir de uma crítica externalista às práticas existentes. Eles continuaram atuando basicamente como o fizeram os clínicos da segunda onda, mas trocaram o modelo cognitivo por um modelo contextualista, inspirado no behaviorismo radical.

funcional do comportamento verbal e do controle por regras poderia tornar as práticas da terapia cognitivo-comportamental mais eficientes (Zettle & Hayes, 1982) ou que a análise funcional da relação terapêutica poderia melhorar as práticas cognitivo-comportamentais (Kohlenberg, Kanter, Bolling, Parker & Tsai, 2002).

A dívida com a terapia cognitivo-comportamental fica ainda mais clara quando consideramos a terapia comportamental dialética (Linehan, 1993/2009) – outro componente da terceira onda que absorveu, num quadro teórico-contextualista, o leque das técnicas da terapia cognitivo-comportamental. No Brasil, a sequência foi diferente. A terapia cognitivo-comportamental se tornou uma força importante quando a terapia comportamental de cunho behaviorista radical já estava bem desenvolvida. Eis mais um motivo para se perguntar se há algum sentido em falar de terceira onda no Brasil.

Abstraindo tais peculiaridades históricas e culturais, podemos verificar se a terapia analítico-comportamental se encaixa nas características da terceira onda. Eis as características: (a) abordagem construcional, uma reação contra o foco das duas primeiras ondas em eliminar emoções negativas e pensamentos irracionais; (b) ênfase nos princípios e processos, em detrimento das técnicas e procedimentos; (c) atenção para o terapeuta como pessoa e (d) o papel central de *mindfulness*.

A abordagem construcional

A terceira onda propõe uma alternativa ao caráter “eliminacionista” das terapias anteriores. A terapia comportamental clássica estava especializada na eliminação da ansiedade. A terapia cognitivo-comportamental propôs a correção de pensamentos e crenças disfuncionais. Em ambos os casos, trata-se da supressão do sofrimento pela eliminação de processos internos danosos. A terceira onda propõe a aceitação

dos eventos privados na forma em que se apresentam, sem tentar controlá-los. Os alvos para o tratamento são encontrados no ambiente da pessoa, nos relacionamentos interpessoais e nas interações com o mundo (Hayes, Strosahl & Wilson, 1999). Isso implica construir novos repertórios, novas formas de se relacionar, novas maneiras de afetar o mundo.

A importância que a terapia analítico-comportamental atribui à análise funcional também direciona para uma visão construtiva. Podemos ilustrar isso com o tratamento do transtorno obsessivo-compulsivo. Um tratamento exemplar da primeira onda era a exposição com prevenção de resposta, destinada a eliminar as respostas de ansiedade subjacentes ao transtorno. A terapia analítico-comportamental tipicamente

A terceira onda propõe a aceitação dos eventos privados na forma em que se apresentam, sem tentar controlá-los. Os alvos para o tratamento são encontrados no ambiente da pessoa, nos relacionamentos interpessoais e nas interações com o mundo. Isso implica construir novos repertórios, novas formas de se relacionar, novas maneiras de afetar o mundo.

segue um caminho diferente. Em vez de eliminar a ansiedade, procura identificar, via análise funcional, quais contingências estão envolvidas na manutenção dos comportamentos obsessivo-compulsivos. O trabalho terapêutico visa ao desenvolvimento de comportamentos “mais adequados”. Talvez o cliente estivesse excessivamente sob controle de contingências aversivas e precisasse entrar em contato com reforço positivo. Talvez lhe faltassem repertórios para lidar de forma “adequada” com o ambiente, levando ao desenvolvimento de sintomas para esquivar de certas consequências aversivas.

Tratar um transtorno obsessivo-compulsivo aumentando as fontes de reforçamento positivo no ambiente social do cliente (Banaco, 1997) ilustra uma opção construcional. Podemos cogitar que essa preferência para construir ao invés de eliminar seja decorrente da visão externalista. O terapeuta internalista, que busca as causas do problema dentro do cliente, quer identificar os

processos patológicos a serem tratados para eliminar o transtorno. Já o terapeuta externalista precisará ajudar o cliente a construir novas maneiras de lidar com o ambiente, mais adequadas que os comportamentos até então adotados. O material central da terapia é então como o cliente age sobre seu mundo e como os efeitos dessas ações afetam o cliente. Por esse motivo, a tríplice contingência é a ferramenta conceitual predileta dos terapeutas comportamentais brasileiros (e.g., Guilhardi, 2004). Essa ferramenta tende a direcionar o terapeuta para identificar onde está faltando o reforço positivo, quais repertórios devem ser fortalecidos, etc. Assim, um viés a favor da construção parece inerente à própria ideologia Skinneriana.

Na visão construcional, cabe também o engajamento político-social, um fator muito explícito na FAP (Plummer, 2010; Tsai, Kohlenberg, Bolling & Terry, 2009). Há bastante ênfase na ideia de que a terapia comportamental pode contribuir para uma sociedade melhor. Ao mesmo tempo, observa-se uma tarefa importante do terapeuta, a de “empoderar” o cliente que se encontra numa situação de opressão ou exclusão social. O terapeuta pode auxiliar o cliente a desenvolver os repertórios necessários e afinar as habilidades requeridas para mudar as contingências opressivas, ao invés de adequar-se a elas. (O verbo *to*

Podemos resumir a contribuição da terapia analítico-comportamental em duas dicotomias: menos passos e mais processo; menos ênfase sobre técnicas e mais sobre princípios.

empower já se tornou corriqueiro na literatura clínica norte-americana.) Esse engajamento trouxe, entre outras coisas, uma aproximação da FAP à pauta das terapias feministas norte-americanas (e.g., Rabin, Tsai & Kohlenberg, 1996; Terry, Bolling, Ruiz & Brown, 2010).

Podemos observar que na literatura brasileira não há um discurso político-social igualmente explícito. Apesar disso, palestras e apresentações de estudos de casos clínicos evidenciam que o engajamento social de certos terapeutas analítico-comportamentais influencia sua atuação no consultório. Além disso, projetos comunitários não faltam. Não seria correto falar de uma diferença entre a terceira onda e a terapia ana-

lítico-comportamental, mas sim de um assunto amplamente desenvolvido teoricamente nas publicações norte-americanas e que (ainda) não recebeu a mesma sedimentação teórica na literatura impressa da terapia comportamental brasileira.

Processos versus técnicas

Uma diferença entre a terapia analítico-comportamental e as antigas práticas da modificação do comportamento é a ênfase na análise funcional. Os procedimentos e os passos de antigamente deram lugar a um processo flexível, no qual o raciocínio clínico fica evidente. Podemos resumir a contribuição da terapia analítico-comportamental em duas dicotomias: menos passos e mais processo; menos ênfase sobre técnicas e mais sobre princípios. Um ensaio conhecido de Banaco (1999) coloca explicitamente o princípio da análise funcional acima da aplicação de técnicas. De acordo com esse argumento, precisava-se descobrir a função de rituais compulsivos na vida do cliente. Aplicar um conjunto de procedimentos para suprimir o sintoma, sem abordar sua função, é alvo de crítica pelo autor. Para ele, as técnicas devem ser usadas num contexto terapêutico e seu uso deve ser direcionado pela análise funcional.

Um exemplo capaz de deixar claro que a terapia comportamental brasileira não se resume a um conjunto de técnicas é a criatividade de suas estratégias clínicas. Podemos pensar no uso de relatos de sonhos por Delitti (1993, 1999) ou Guilhardi (1995). Cada um desses autores propõe uma abordagem perfeitamente behaviorista radical da análise dos sonhos na clínica. Assim, a terapia comportamental contemporânea não pode ser definida por técnicas características. Digamos que ela não possui técnicas, como a terapia comportamental clássica (com técnicas típicas, incluindo a dessensibilização sistemática e a exposição graduada) ou a terapia cognitivo-comportamental (com o diálogo socrático, a

Similarmente, a terceira onda também não se define por algum tipo de procedimento padronizado. Seus terapeutas usam metáforas e exercícios vivenciais, trabalham com o potencial curativo do relacionamento terapêutico e dedicam tempo à análise de sonhos.

seta descendente, etc.). A terapia comportamental brasileira se caracteriza pelo papel central da análise funcional como princípio na sua prática clínica e pela referência a processos de aprendizagem, como explanação do que ocorre no tratamento.

Similarmente, a terceira onda também não se define por algum tipo de procedimento padronizado. Seus terapeutas usam metáforas e exercícios vivenciais, (e.g., Hayes et al., 1999), trabalham com o potencial curativo do relacionamento terapêutico e dedicam tempo à análise de sonhos (Callaghan, 1996). A terceira onda não é definida por técnicas, mas pelo processo terapêutico e a visão clínica que o subsidia. Os autores mencionados não propõem procedimentos para o trabalho com a relação terapêutica ou para a análise dos sonhos, a não ser os pautados na análise funcional das interações na sessão. Essa análise apontará informações diferentes para cada caso e inconstantes no decorrer do processo, e não um conjunto de passos pré-determinado.

O terapeuta como pessoa

O fato de a pessoa do terapeuta (Banaco, 1993; Zamignani, 2000) ser considerada digna de reflexão e aprofundamento na literatura clínica brasileira é mais um sinal de que não se trata de uma terapia tecnicista. A atuação do terapeuta é comportamento sujeito às mesmas variáveis (e.g., história de vida, contingências sociais diversas, interação com a pessoa que está à sua frente, etc.) que o comportamento do cliente e passível da mesma análise funcional que o comportamento do cliente (Guilhardi & Queiroz, 1997). É necessária bastante audácia para um terapeuta analisar o impacto da sessão sobre sua pessoa e para considerar abertamente como tanto essa pessoa quanto esse impacto influenciam seu trabalho clínico. No entanto, os ganhos também são grandes, porque tal análise

Consciente do impacto do trabalho com o cliente sobre si mesmo e disposto a submeter o próprio comportamento a uma análise funcional, esse terapeuta está longe do estereótipo clínico frio e mecânico, que aplica de forma sistemática uma sequência de procedimentos programados.

pode contribuir muito para a compreensão de problemas ou impasses no tratamento e pode ajudar a superá-los. Consciente do impacto do trabalho com o cliente sobre si mesmo e disposto a submeter o próprio comportamento a uma análise funcional, esse terapeuta está longe do estereótipo clínico frio e mecânico, que aplica de forma sistemática uma sequência de procedimentos programados.

A terceira onda enfatiza a genuinidade do relacionamento. Isso significa que o terapeuta esteja completamente presente na sessão como pessoa (Wilson & Dufrene, 2008). Quando adequado, ele pode compartilhar com o cliente as próprias experiências (e.g., Tsai, Plummer, Kanter, Newring & Kohlenberg, 2010) e, ao mesmo tempo, deve atentar ao fato de que ele está tão sujeito quanto o cliente a erros e distorções (Pierson & Hayes, 2007). O foco no terapeuta como pessoa decorre da rejeição do antigo ideal de terapeuta tecnicista. O que ocorre entre terapeuta e cliente (e.g., rupturas de aliança, aproximação ou conflito, sentimentos positivos ou negativos) não é considerado resultado de distorções por parte do cliente, mas um evento no relacionamento que muitas vezes representa uma oportunidade privilegiada de aprendizagem para o cliente.

Já que problemas psicológicos têm tudo a ver com as interações entre o cliente e outras pessoas (veja o enfoque externalista) faz sentido iniciar o tratamento pela relação com o terapeuta. Isso não seria possível se o terapeuta fosse um especialista técnico, vestido de uma autoridade ou de um saber superior. O destaque para o relacionamento terapeuta-cliente justifica a atenção dada à formação da pessoa do terapeuta, que precisa estar disposto a aprender sobre si mesmo e deve se permitir ser vulnerável no relacionamento.

Mindfulness

Mindfulness é um assunto importante nesta discussão porque às vezes é considerada a principal característica da terceira onda (Hayes, 2004). Do que se trata? De acordo com Kohlenberg, Tsai, Kanter e Parker (2009), mindfulness é uma forma de consciência de si que permite à pessoa permanecer em contato com estímulos aversivos, como pensamentos negativos, sentimentos desagradáveis e outros que tipicamente evocavam repertórios de esquiva. Mindfulness oferece oportunidades para novos comportamentos emergirem e

entrarem em contato com reforçamento natural, comportamentos esses que não teriam a chance de emergir, caso a pessoa se esquivasse dos estímulos encobertos desagradáveis.

A prática de mindfulness pode ser indicada para o cliente. Mas vale também para o terapeuta, que às vezes precisa aceitar angústia ou outros sentimentos negativos para poder atuar junto ao cliente. A mindfulness do terapeuta pode consistir numa prática de prestar atenção plenamente, sem julgar e sem rejeitar as próprias reações emocionais ao material que o cliente traz para a terapia ou ao que ocorre entre terapeuta e cliente durante a sessão. Pode também consistir de práticas formais de meditação, como a famosa “meditação de boas-vindas” da FAP, antes de iniciar a sessão.

Um fato interessante é que os terapeutas comportamentais brasileiros não escrevem muito sobre mindfulness. O termo é mais facilmente associado com a terapia cognitivo-comportamental. Exemplo disso é a tradução do livro de Roemer e Orsillo (2009/2010) sobre o uso de mindfulness nas terapias comportamentais. O título da edição

A terminologia da terceira onda pode parecer mentalista aos olhos de psicólogos que entraram em contato com o behaviorismo radical no laboratório de processos básicos.

brasileira ficou *A Prática da Terapia Cognitivo-Comportamental Baseada em Mindfulness e Aceitação*, enquanto no original em inglês se tratava de terapia comportamental. Parte da explicação pode ser que se trata de um novo termo. Não combina muito bem com a análise do comportamento. A terminologia da terceira onda pode parecer mentalista aos olhos de psicólogos que entraram em contato com o behaviorismo radical no laboratório de processos básicos.

Entre terapeutas comportamentais brasileiros, a linguagem corretamente Skinneriana é altamente valorizada, o que pode gerar resistência à inovação. Esse não é o caso nos Estados Unidos. Wilson, por exemplo, designa-se como um especialista em análise do comportamento quando discorre sobre o papel de mindfulness no relacionamento terapeuta-cliente (Wilson & Dufrene, 2008). Kohlenberg et al. (2009) discorrem longamente sobre mindfulness do ponto

Entre terapeutas comportamentais brasileiros, a linguagem corretamente Skinneriana é altamente valorizada, o que pode gerar resistência à inovação.

de vista behaviorista radical. Entretanto, a falta de popularidade da palavra não significa que a prática da terapia analítico-comportamental não exija a mesma atitude do terapeuta. Ele também precisa atender ao material que o cliente traz e não deve fugir de eventuais sentimentos negativos evocados durante a sessão. Depende do terapeuta levar esse aspecto do trabalho a sério, para se dedicar plenamente a ele.

Na literatura sobre a terapia analítico-comportamental, não existem as mesmas recomendações feitas por autores norte-americanos da terceira onda. A prescrição de meditação ou de outras práticas de atenção plena para o cliente não costuma ser diretamente relacionada à terapia analítico-comportamental. A espiritualidade do cliente não é ignorada pelos autores brasileiros (Banaco, 2001). Contudo, autores da terceira onda a tomam como objeto específico de estudo (Hayes, 1984) e comparam seu próprio pensamento clínico às tradições espirituais orientais (Hayes, 2002).

Observações finais

A terapia analítico-comportamental dificilmente pode ser considerada uma integrante da terceira onda. Isso porque o termo *terceira onda* se refere a uma forma de psicoterapia que se desenvolveu após a terapia cognitivo-comportamental e se propõe como uma versão filosoficamente diferente e metodologicamente melhorada da mesma. Por outro lado, a terapia analítico-comportamental se desenvolveu no Brasil no seio da análise do comportamento, sem estar historicamente endividada com a terapia cognitivo-comportamental.

Neste ensaio, tentei argumentar que a terapia analítico-comportamental apresenta grande semelhança clínica e filosófica com as terapias da terceira onda. Ambas são externalistas e se concentram na relação entre os encobertos (do cliente e do terapeuta) com as contingências interpessoais. No entanto, o linguajar idiossincrático de tratamentos como a ACT está em oposição à ortodoxia linguística dos analistas comportamentais brasileiros – o que pode dificultar a comunicação entre as duas comunidades.

A terapia analítico-comportamental dificilmente pode ser considerada uma integrante da terceira onda. Isso porque o termo terceira onda se refere a uma forma de psicoterapia que se desenvolveu após a terapia cognitivo-comportamental e se propõe como uma versão filosoficamente diferente e metodologicamente melhorada da mesma. Por outro lado, a terapia analítico-comportamental se desenvolveu no Brasil no seio da análise do comportamento, sem estar historicamente endividada com a terapia cognitivo-comportamental.

Ambas têm uma visão construcional que as diferencia dos tratamentos de cunho eliminacionista. Ambas enfatizam os princípios e o processo terapêutico, diferentemente de tratamentos tecnicistas. Ambas colocam a pessoa do terapeuta em questão e seu comportamento, sob análise. Por esses motivos, a terapia analítico-comportamental está claramente alinhada às referências da terceira onda. Resta ainda o assunto de mindfulness. É claro que os behavioristas radicais brasileiros não se apaixonaram por esse conceito como o fizeram os autores norte-americanos citados acima. Porém, mesmo quem rejeita o termo inglês devido à (suposta) indução ao mentalismo poderá aderir às práticas de prestar plenamente atenção e incluir os benefícios dessa prática ao seu trabalho. Cabe ao terapeuta decidir se há algum recado para ele nisso tudo. Se o terapeuta decide que não há lugar para a prática da plena consciência na sua atuação, podemos dizer que aqui há uma diferença fundamental entre a terapia analítico-comportamental e a terceira onda.

Referências

- Banaco, R. A. (1993). O impacto do atendimento sobre a pessoa do terapeuta. *Temas em Psicologia*, 1(2), 71-79.
- Banaco, R. A. (1997). Auto-regras e patologia comportamental. Em D. R. Zamignani (Org.), *Sobre comportamento e cognição: A aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos* (Vol. 3, pp. 81-89). Santo André: ARBytes.
- Banaco, R. A. (1999). Técnicas cognitivo-comportamentais e análise funcional. Em R. R. Kerbauy & R. C. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Psicologia comportamental e cognitiva: da reflexão teórica à diversidade da aplicação* (Vol. 4, pp. 75-82). Santo André: ESETec.
- Banaco, R. A. (2001). Religião e psicoterapia. *Fragmentos de Cultura*, 11, 55-64.
- Buchanan, R. D. (2010). *Playing with fire: The controversial career of Hans J. Eysenck*. Oxford: University Press.
- Callaghan, G. M. (1996). The clinical utility of client dream reports from a radical behavioral perspective. *The Behavior Therapist*, 19, 49-52.
- Delitti, M. (1993). O uso de encobertos na terapia comportamental. *Temas em Psicologia*, 1(2), 41-46.
- Delitti, M. (1999). Relato de sonhos: Como usá-lo na prática da terapia comportamental. Em R. Wielenska (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos* (Vol. 6, pp. 204-210). Santo André: ESETec.
- Eysenck, H. J. (1957). *The dynamics of anxiety and hysteria*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Eysenck, H. J. (1987). Behavior therapy. Em H. J. Eysenck & I. Martin (Orgs.), *Theoretical foundations of behavior therapy* (pp. 3-36). New York: Plenum.
- Eysenck, H. J. & Rachman, S. (1965). *The causes and cures of neurosis*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Guilhardi, H. J. (1995). Um modelo comportamental de análise de sonhos. Em B. Rangé (Org.), *Psicoterapia comportamental e cognitiva* (pp. 257-267). Campinas: EdPsy.
- Guilhardi, H. J. (2004). Terapia por contingências de reforçamento. Em C. N. de Abreu & H. J. Guilhardi (Orgs.), *Terapia comportamental e cognitivo-comportamental: Práticas clínicas* (pp. 3-40). São Paulo: Roca.
- Guilhardi, H. J. & Queiroz, P. B. P. S. (1997). A análise funcional no contexto terapêutico: O comportamento do terapeuta como foco da análise. Em M. Delitti (Org.), *Sobre comportamento e cognição: A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental* (Vol. 2, pp. 43-93). Santo André: ARBytes.

- Hayes, S. C. (1984). Making sense of spirituality. *Behaviorism*, 12, 99-110.
- Hayes, S. C. (2002). Buddhism and acceptance and commitment therapy. *Cognitive and Behavioral Practice*, 9, 58-66.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy and the new behavior therapies: Mindfulness, acceptance and relationship. Em S. C. Hayes, V. M. Follette & M. Linehan, (Orgs.), *Mindfulness and acceptance: Expanding the cognitive behavioral tradition* (pp. 1-29). New York: Guilford.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experimental approach to behavior change*. New York: Guilford.
- Kohlenberg, R. J., Kanter, J. W., Bolling, M. Y., Parker, C. & Tsai, M. (2002). Enhancing cognitive therapy for depression with functional analytic psychotherapy: Treatment guidelines and empirical findings. *Cognitive and Behavioral Practice*, 9, 213-229.
- Kohlenberg, R. J., Tsai, M., Kanter, J. W. & Parker, C. R. (2009). Self and mindfulness. Em M. Tsai et al. (Orgs.), *A guide to functional analytic psychotherapy: Awareness, courage, love and behaviorism* (pp. 103-130). New York: Springer.
- Linehan, M. (2009). Terapia cognitivo-comportamental para transtorno de personalidade borderline. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1993)
- Pierson, H. & Hayes, S. C. (2007). Using acceptance and commitment therapy to empower the therapeutic relationship. Em P. Gilbert & R. L. Leahy (Orgs.), *The therapeutic relationship in the cognitive behavioral psychotherapies* (pp. 205-228). New York: Routledge.
- Plummer, M. D. (2010). FAP with sexual minorities. Em J. W. Kanter, M. Tsai, R. J. Kohlenberg (Orgs.), *The practice of functional analytic psychotherapy* (pp. 149-172). New York: Springer.
- Rabin, C., Tsai, M. & Kohlenberg, R. J. (1996). Targeting sex-role and power issues with a functional analytic approach: Gender patterns in behavioral marital therapy. *Journal of Feminist Family Therapy*, 8, 1-24.
- Rangé, B. P., Falcone, E. M. O. & Sardinha, A. (2007). História e panorama atual das terapias cognitivas no Brasil. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 3(2), 0-0.
- Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872007000200006&lng=pt&nrm=iso
- Roemer, S. & Orsillo, L. (2010) *A prática da terapia cognitivo-comportamental baseada em mindfulness e aceitação*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2009)
- Terry, C., Bolling, M., Ruiz, M. R. & Brown, K. (2010). FAP and feminist therapies: Confronting power and privilege in therapy. Em J. W. Kanter, M. Tsai & R. J. Kohlenberg (Orgs.), *The practice of functional analytic psychotherapy* (pp. 97-124). New York: Springer.
- Tsai, M., Kohlenberg, R. J., Bolling, M. Y. & Terry, C. (2009). Values in therapy and green FAP. Em M. Tsai et al. (Orgs.), *A guide to functional analytic psychotherapy: Awareness, courage, love and behaviorism* (pp. 199-212). New York: Springer.
- Tsai, M., Plummer, M. D., Kanter, J. W., Newring, R. W. & Kohlenberg, R. J. (2010). Therapist grief and functional analytic psychotherapy: Strategic self-disclosure of personal loss. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, 40, 1-10.
- Wilson, K. G. & Dufrene, T. (2008). *Mindfulness for two: An acceptance and commitment therapy approach to mindfulness in psychotherapy*. Oakland: New Harbinger.
- Wolf, M. (1993). Remembrances of issues past: Celebrating JABA's 25th anniversary. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 26, 543-544.
- Wolpe, J. (1954). Reciprocal inhibition as the main basis of psychotherapeutic effects. *Archives of Neurology and Psychiatry*, 72, 205-226.
- Zamignani, D. R. (2000). O caso clínico e a pessoa do terapeuta: Desafios a serem enfrentados. Em R. R. Kerbauy (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Conceitos, pesquisa e aplicação, a ênfase no ensinar, na emoção e no questionamento clínico* (Vol. 5, pp. 234-242). Santo André: ESETec.
- Zettle, R. D. & Hayes, S. C. (1982). Rule-governed behavior: A potential theoretical framework for cognitive-behavioral therapy. Em P. C. Kendall (Org.), *Advances in cognitive behavioral research and therapy* (pp. 73-118). New York: Academic Press.



Desafiado pelo Boletim Contexto a relacionar duas de suas grandes paixões – análise do comportamento e gastronomia –, Isaias Pessotti escreveu esta crônica bem-humorada, na qual adverte para os riscos subjacentes ao hiato entre a linguagem científica e a linguagem coloquial.

Dona Eufrásia – após cozinhar por 25 anos para festas, restaurantes e famílias – decidiu divulgar sua arte e arredondar a modesta renda familiar, oferecendo em casa o curso “Cozinha de Forno e Fogão”. (A palavra *culinária*, além de soar mal, parecia-lhe muito “tecnológica”.)

Tinha quatro alunas, jovens: Amélia, Berenice e as irmãs Clorinda e Florinda. Delas, Florinda era a mais instruída, segundo grau completo. Todas, porém, tinham de escrever as receitas e os modos de preparo ditados por Dona Eufrásia a cada aula, para a elaboração dos pratos à aula seguinte. Em casa, cada aluna também deveria estudar a receita e exercitar o modo de preparo, a fim de apresentar ao grupo suas dúvidas. Na aula seguinte, as alunas entregavam o registro escrito das dúvidas. Modesta, Dona Eufrásia solicitava ainda que as alunas corrigissem eventuais problemas de linguagem. (O marido havia sugerido que ela organizasse um livro de receitas, com vistas a engordar o saldo bancário da família.)

Tudo corria bem – as alunas aprendendo, entregando os registros de dúvidas e efetuando alguns reparos gramaticais – até que um dia, ao ler o trabalho de Florinda, Dona Eufrásia entrou em depressão: a aluna sugerira tantas correções na linguagem que ela se sentiu ignorante e despreparada para um dia escrever o tão sonhado livro “Receitas de Dona Eufrásia”.

Não era para menos: a cada passo da receita ditada, Florinda incluía, entre parênteses, termos que Dona Eufrásia nunca tinha visto ou ouvido. Ela não sabia que, na ânsia de aprender o que pudesse, a aluna completara um curso por correspon-

dência sobre “Psicologia do Comportamento”, oferecido por um tal Grupo Sigma, já antigo na cidade. (Recentemente, o grupo começou a oferecer cursos noturnos de parapsicologia e se tornou o Instituto Para-Sigma².)

Assustada, Dona Eufrásia mostrou ao marido as correções de Florinda. Depois do susto, ele encorajou a mulher: “Essa moça está maluca, inventou esse palavreiro só para aparecer. Ela quer mostrar que tem mais estudo, mas nada do que ela escreveu serve para coisa nenhuma. Mostre isso para as outras meninas e você vai ver que elas vão achar que a Florinda bebeu, ou pirou de vez”.

Na aula seguinte, Berenice chegou antes das outras e leu o escrito:

Ingredientes (tacts)

Meio quilo de farinha; passe (mand) na peneira fina.

Dois ovos; procure (mand) os que têm a gema mais avermelhada (S^o) e não os outros (S^o) [discriminação].

Uma colher de fermento químico (S^o ambíguo: colher de chá ou de sopa?).

Meia xícara de nozes picadas miudinhas (discriminação, mas a topografia da resposta não é precisa: “miudinhas”).

Cinco colheres, de sopa, de manteiga (tact).

Cinco colheres de açúcar (tact; implica a resposta de contar).

Meia colher de sal (tact).

Meio copo de leite (implica o operante medir).

Mel, limão e maizena para a calda (tacts pouco precisos, com significado restrito à comunidade verbal das aulas. Omite-se o verbo fazer - a calda - sem prejuízo do significado).

1 Doutor em Psicologia pela USP, é Professor Titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, além de consultor da FAPESP e do CNPQ.

2 Qualquer semelhança entre os nomes das instituições referidas neste texto e de instituições reais, é claramente proposital.

Modo de Fazer

Após misturar os ingredientes secos, enquanto uma bate os ovos até misturar bem as claras e as gemas (contingência mal-definida), outra derrete a manteiga no leite (contingências entrelaçadas), em fogo cada vez mais baixo (fading out).

É melhor usar a manteiga congelada, cortar em pedaços pequenos, colocá-los aos poucos no leite morno e mexer até derreterem, cuidando para não queimar (encadeamento, com S1 e prompt para resposta de esquiva). Paralelamente, alguém deve untar (operante com topografia mal-definida; contingência entrelaçada com as duas anteriores) uma assadeira redonda para a massa não grudar (reforço atrasado).

Em seguida, despejar o leite com a manteiga derretida e os ovos batidos sobre a farinha e os outros ingredientes secos e misturar tudo (encadeamento, entrelaçamento de contingências) até umedecer toda a farinha seca (produto agregado, reforçador).

Na sequência, amassar com as mãos até toda a massa se desprejar dos dedos (contingência bem definida) e dividir a massa em duas partes. Estender cada uma delas, enrolando até ficar como uma corda grossa e comprida

(reforço mal-definido). Isso não é fácil (S1), mas eu vou dizendo, enquanto vocês estendem, quem está acertando (modelagem). Se não, eu mostrarei como se faz (modelação).

Depois, as duas cordas devem ser trançadas e formar um círculo um pouco menor do que a assadeira redonda (encadeamento). Do contrário, a massa cresce, sai da assadeira e queima (ameaça de punição, S1).

A partir daí, coloca-se a assadeira no forno e o calor deve ser aumentado pouco a pouco (fading in). Assim que o perfume de açúcar e nozes aumentar (reforço secundário) e a rosca estiver dourada (SD), ela estará pronta (metacontingência, produto de contingências entrelaçadas).

Aí vocês poderão dizer (comportamento verbal regido por SDs intraverbais) que sabem fazer uma rosca saborosa e irão ganhar admiração e elogios mundo afora (reforçadores sociais generalizados).

Quem quiser esnobar (comportamento social reforçado por submissão, reforço social generalizado) pode derramar uma calda de mel com limão por cima da rosca. Mas cuidado para não adoçar demais (S1, prompt para esquiva).

Berenice empalidecia a cada linha que lia. Olhava esquisito para Dona Eufrásia, como a perguntar se a cozinheira não estava caçoando dela. Mas, diante da cara séria, até preocupada, de Dona Eufrásia, arriscou: "De onde veio essa coisa maluca? Esse palavrório doido no meio da receita? Ninguém entende isso!".

"Você vai saber, no fim da aula, quando a nossa rosca estiver pronta."

Chegaram, com algum atraso, Clorinda, Amália e Florinda. A aula prática começou, seguindo à risca a receita. Com a colaboração das quatro alunas, em pouco mais de uma hora a rosca estava pronta. Como de costume, Dona Eufrásia distribuiu a cada aluna uma porção do que haviam produzido. Na vez de Florinda, fechou a cara e lhe estendeu o prato vazio: "Você vai comer contingências amarradas ou entrelaçadas, sei lá!"

Passado algum tempo, Amélia, Berenice e Clorinda abriram uma loja de doces chamada "Meu Docinho". Dona Eufrásia cortou a fita inaugural.

Florinda, um pouco mais tarde, pendurou uma placa na frente de casa: "Instituto do Comportamento Alimentar". Na inauguração, compareceu em peso o pessoal do "Para-Sigma".

Instituição afiliada à ABPMC

Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento (IBAC)

Todas as instituições afiliadas à ABPMC foram convidadas a publicar um texto de divulgação neste número do BC. No entanto, apenas o IBAC atendeu ao convite no prazo estipulado, motivo pelo qual representa o único instituto divulgado neste número. A fim de garantir às demais instituições o mesmo espaço de divulgação, o BC reserva-lhes o direito de publicarem seus respectivos textos no próximo número (35), a ser divulgado no mês de dezembro. Exceção feita apenas às instituições já divulgadas nos números anteriores, a saber: Instituto de Estudo e Psicoterapia Analítico Comportamental (IEPAC), Programa de Ansiedade (AMBAN) e Núcleo Paradigma de Análise do Comportamento. Além, obviamente, do próprio IBAC.

Primeira instituição de análise do comportamento na região Centro-Oeste, o IBAC iniciou as atividades em agosto de 1999, em Brasília, com a primeira turma do curso de formação em terapia analítico-comportamental. No entanto, a ideia de formar um instituto como o IBAC remonta ao início dos anos 1990, quando alguns analistas do comportamento clínicos, à época mestrandos da UnB, verificaram que não havia em Brasília e região um centro formador de psicólogos clínicos comportamentais embasados no behaviorismo radical, nos princípios derivados da análise experimental do comportamento e nos modernos conceitos da análise comportamental clínica. Da mesma forma, não havia eventos e atividades que divulgassem e expandissem a análise do comportamento na região, integrassem interessados na área e prestassem serviços clínicos e afins a partir de um referencial analítico-comportamental. Assim, de forma empreendedora e inovadora, o IBAC foi ao encontro dessas demandas e ainda ampliou o seu alcance ao longo de 12 anos de existência. Eis algumas conquistas do instituto: a criação do primeiro centro clínico particular na região e do primeiro curso de especialização em análise do comportamento credenciado pelo CFP no País, além do pioneirismo ao oferecer cursos e atividades online específicas de nossa abordagem no Brasil. O IBAC participou ainda da criação e do financiamento dos primeiros volumes da *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*,

da organização do I ao X Encontro Regional de Psicoterapia Comportamental do Centro-Oeste, assim como de quatro jornadas de AC e uma jornada hospitalar, sem contar a direção (por meio de seus membros) da ABPMC no biênio 2006/2007, realizando os encontros anuais em Brasília. Organiza, há anos, encontros para discussões de casos clínicos, grupos de estudos e cursos de extensão em temas variados, curso de inglês instrumental para psicólogos, além de oferecer os já tradicionais cursos presenciais e online de especialização (22ª turma) e formação em clínica analítico-comportamental. Sempre contando com profissionais muito qualificados, o IBAC consolidou-se como uma referência nacional em psicologia, recebendo alunos de diversos Estados e recentemente estendendo o seu campo de atuação para as áreas hospitalar e organizacional. O lema do IBAC é "Faça Acontecer!".

